

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2021 - 2026



COMPOSIÇÃO EM FEVEREIRO DE 2025

Ministro Antonio **Herman** de Vasconcellos e **Benjamin** (Presidente)
Ministro **Luis Felipe Salomão** (Vice-Presidente)

Ministros

Francisco Cândido de Melo **Falcão** Neto

Fátima **Nancy Andrighi**

Laurita Hilário **Vaz**

João Otávio de Noronha

Humberto Eustáquio Soares **Martins**

Maria Thereza Rocha **de Assis Moura**

Geraldo **Og** Nicéas Marques **Fernandes**

Mauro Luiz **Campbell Marques**

Benedito Gonçalves

Raul Araújo Filho

Maria **Isabel** Diniz **Gallotti** Rodrigues

Antonio Carlos Ferreira

Ricardo **Villas Bôas Cueva**

Sebastião Alves dos **Reis Júnior**

Marco Aurélio Gastaldi **Buzzi**

Marco Aurélio Bellizze Oliveira

Sérgio Luíz **Kukina**

Paulo Dias de **Moura Ribeiro**

Regina Helena Costa

Rogério Schietti Machado **Cruz**

Luiz Alberto **Gurgel de Faria**

Reynaldo Soares da Fonseca

Marcelo Navarro **Ribeiro Dantas**

Antonio Saldanha Palheiro

Joel Ilan Paciornik

Paulo Sérgio Domingues

Messod Azulay Neto

Teodoro Silva Santos

José **Afrânio Vilela**

Daniela Rodrigues **Teixeira**

Secretário-Geral da Presidência

Carl Olav Smith

Secretário Judicial da Presidência

Fernando da Fonseca Gajardoni

Diretor-Geral

Sérgio José Américo Pedreira

Assessor-Chefe de Gestão Sustentável (Substituto)

Cristiano de Sousa Nascimento

PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL

2021 - 2026

Justiça
CARBON
ZERO

←

EQUIPE TÉCNICA

APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

METODOLOGIA E PLANO ESTRATÉGICO

NOVOS TEMAS



EQUIPE TÉCNICA

COMISSÃO GESTORA DO PLS-STJ

Portaria STJ/GDG n. 218, de 9 de março de 2023

Maria Paula Cassone Rossi

Juíza Auxiliar da Presidência

Sérgio José Americo Pedreira

Diretor-Geral

Cristiano de Sousa Nascimento

Assessoria de Gestão Sustentável - Coordenação

Elaine Nóbrega Borges

Assessoria de Gestão Estratégica

Rui Moreira de Oliveira

Secretaria de Administração

Fabiana Bittes Veyl

Secretaria de Orçamento e Finanças

Humberto Fontoura Pradera

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação

contato: stj.sustentavel@stj.jus.br

GRUPOS EXECUTIVOS DO PLS-STJ

Instrução Normativa STJ/GDG n. 2, de 25 de fevereiro de 2022

Apoio Administrativo

Assessoria de Gestão Sustentável (AGS)

Secretaria de Administração (SAD)

Coordenadoria de Serviços Gerais (COSG)

Coordenadoria de Suprimentos e Patrimônio (CSUP)

Recursos Prediais

Secretaria de Administração (SAD)

Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura (CEAR)

Recursos Tecnológicos

Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STI)

Coordenadoria de Relacionamento (CORE)

Coordenadoria de Tecnologia da Comunicação (CCOM)

Mobilidade e Segurança

Secretaria de Polícia Judicial (SPJ)

Coordenadoria de Segurança (CSEG)

Coordenadoria de Transporte Institucional (COTI)

Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS)

Assessoria de Gestão Sustentável (AGS)

ELABORAÇÃO

Coordenação, conteúdo, UX Design e Business Intelligence

Assessoria de Gestão Sustentável (AGS)

Concepção de ícones

Assessoria de Gestão Sustentável (AGS)

Secretaria de Comunicação Social

Coordenadoria de Mídias (COMM)

CONTATOS

e-mail:

stj.sustentavel@stj.jus.br

Telefone:

(61) 3319 6781

(61) 3319 6062

Assessoria de Gestão Sustentável
STJ - Ed. Administração - 3º andar



APRESENTAÇÃO E OBJETIVOS

Em observância à Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário da União (PJU), definida na Resolução CNJ nº 400, de 16 de junho de 2021, o Plano de Logística Sustentável do STJ (PLS-STJ) foi concebido como um instrumento de gestão administrativa fundamental para a governança institucional, alinhado à Estratégia Nacional do Judiciário e ao Plano Estratégico Institucional do STJ (Plano STJ 2021-2026).

O Plano de Logística Sustentável (PLS) é uma ferramenta de planejamento e monitoramento para subsidiar a tomada de decisões e a adoção de práticas sustentáveis. Ele abrange a racionalização do uso de recursos e bens, a gestão de resíduos, a promoção de compras sustentáveis e a sensibilização da força de trabalho

No contexto do STJ, o PLS-STJ é coordenado pela Assessoria de Gestão Sustentável (AGS) em conjunto com a Comissão Gestora do PLS (Portaria STJ/GDG nº 218/2023) e os Grupos Executivos do PLS-STJ (Instrução Normativa STJ/GDG nº 2/2022). Essa estrutura de governança garante a participação de diferentes setores do tribunal na implementação e no monitoramento das iniciativas.

O PLS-STJ 2015-2020 foi pioneiro ao ser apresentado em formato de painel de Business Intelligence (BI) em 2019, permitindo uma apresentação interativa dos dados e um melhor monitoramento dos resultados, um marco na transparência e inovação na gestão da sustentabilidade.

O ciclo 2021-2026 do PLS-STJ utiliza uma série histórica de até vinte anos, possibilitando uma avaliação mais completa do desempenho dos indicadores e sua relação com as campanhas, ações, aquisições e contratações do STJ. O PLS-STJ traz os temas incluídos no PLS por força das atualizações da Resolução CNJ nº 400/2021 e outros temas incluídos voluntariamente para monitoramento.

O PLS 2021-2026 foi formalizado pela Resolução STJ/GP nº 6, de 3 de março de 2022, e sua atualização periódica por meio do painel de BI atende aos requisitos do Relatório de Desempenho Anual.

O PLS visa otimizar o uso de recursos públicos e aprimorar processos de trabalho, sob uma visão sistêmica da instituição. Para isso, o plano promove a eficiência, a redução de consumo e desperdícios, a minimização da geração de resíduos e o incentivo a tecnologias limpas e processos inovadores, atenuando os impactos ambientais decorrentes das atividades do STJ.

Integrado à Política de Governança de Contratações, o PLS orienta as aquisições do STJ a atingir níveis desejáveis de eficácia, eficiência e transparência. Ao inserir critérios de sustentabilidade nas licitações, o Tribunal não só cumpre seu papel de promotor do desenvolvimento sustentável, mas também induz o mercado a oferecer produtos e serviços mais responsáveis e inovadores, valendo-se do significativo impacto ambiental do setor público e de sua capacidade de remodelar o mercado de compras e contratações.



METODOLOGIA E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Metodologia

O segundo ciclo do PLS-STJ foi elaborado sob coordenação da Assessoria de Gestão Sustentável (AGS), em parceria com as unidades gestoras do Tribunal a partir da análise das séries históricas e resultados alcançados no primeiro ciclo do PLS (2015 a 2020).

As áreas gestoras propuseram novas metas até 2026 considerando o desempenho dos indicadores no primeiro ciclo e definiram as principais ações que permitirão o atingimento desses objetivos.

Devido à ampliação do teletrabalho no STJ e às condições singulares de 2020, para diversos temas foram adotadas linhas de base com dados de 2019 ajustados para refletir a redução do trabalho presencial nos próximos anos.

Na elaboração do PLS 2021-2026, a AGS também se dedicou a aperfeiçoar as ferramentas digitais de coleta de dados junto às unidades gestoras por meio de aplicativos e listas de dados que vieram a substituir as planilhas *online*.

Desse modo busca-se facilitar e sistematizar o compartilhamento de dados e as rotinas de publicação das informações por meio de *dashboards*, mantendo-os atualizados e reduzindo as possibilidades de erro de preenchimento.

A elaboração do PLS utiliza a metodologia do Balanced Scorecard (BSC), modelo de Kaplan e Norton (2004), que, traduz por meio de objetivos e indicadores o que se pretende alcançar. Para o acompanhamento do PLS, foi adotada a metodologia PDCA, do inglês Plan, Do, Check, Act (Planejar-Fazer-Verificar-Agir). Assim, não se restringe a planejar e implementar, mas verificar se as mudanças trouxeram a melhoria desejada ou esperada (Martins e Marini, 2010) em termos de ações e metas.

Destaca-se que a Resolução CNJ nº 347/2020 impulsionou o PLS, elevando sua relevância na gestão. O plano agora orienta as contratações e aquisições do Tribunal, alinhando-as aos princípios de sustentabilidade.

PLS e os ODS

A Agenda 2030 da ONU é um plano global para as pessoas, o planeta, a prosperidade e a paz por meio de parcerias entre setores público, privado e sociedade civil. Composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas, busca erradicar a pobreza e promover vida digna, respeitando limites ambientais do planeta.

O PLS é um instrumento chave para internalizar a Agenda 2030 no STJ. Ao promover a sustentabilidade na gestão o plano contribui para diversos ODS, como eficiência energética (ODS 7), consumo e produção responsáveis (ODS 12) e combate às mudanças climáticas (ODS 13). Assim, o PLS se alinha aos esforços globais por um futuro mais equitativo e ambientalmente saudável.

Alinhamento ao Plano Estratégico

O PLS-STJ está alinhado ao Plano Estratégico do STJ 2021-2026, que reafirmou a Sustentabilidade como um dos valores institucionais fundamentais e manteve o indicador estratégico “Aderência às metas do PLS”, vinculado ao objetivo estratégico de “aperfeiçoamento da gestão orçamentária e financeira”, dentro da perspectiva de Pessoas e Recursos.

Destaca-se o esforço institucional para ampliação da governança como definido pela Resolução CNJ n. 347 de 2021, a qual traz o PLS como diretriz a ser observada no Plano de Contratações e Aquisições e demais planos setoriais da Corte.



NOVOS TEMAS PLS-STJ

Em cumprimento ao Parágrafo único do artigo 7º da Resolução CNJ n. 400/2021, para a inclusão de novos indicadores, devem ser definidos:

- I – nome;
- II – fórmula de cálculo;
- III – fonte de dados;
- IV – metodologia; e
- V – periodicidade de apuração.

1. Café e açúcar

O tema objetiva o monitoramento mensal e anual do consumo e custo de café e açúcar e faz parte dos indicadores monitorados pelo Grupo Executivo Apoio Administrativo, nos termos da IN STJ/GDG n.2/2022. A coleta de dados e discussão com as áreas gestoras seguirão a metodologia aplicada aos demais temas do PLS-STJ.

1.1. Custo de café e açúcar em R\$

Definição: despesa realizada relacionada ao consumo de café e açúcar no STJ.

Unidade de medida: reais.

Periodicidade da apuração: mensal.

Fonte de dados: Seção de Copa (SECOP)

1.2. Consumo de café e açúcar em Kg

Definição: consumo de café e açúcar no STJ.

Unidade de medida: Kg

Periodicidade da apuração: mensal e anual.

Fonte de dados: Seção de Copa (SECOP)

2. Materiais de expediente

O tema objetiva o monitoramento do consumo de materiais de expediente no STJ conforme lista de itens definido pela unidade gestora para o ciclo 2021 a 2026. O tema faz parte dos indicadores monitorados pelo Grupo Executivo Apoio Administrativo, nos termos da IN STJ/GDG n.2/2022. A coleta de dados e discussão com as áreas gestoras seguirão a metodologia aplicada aos demais temas do PLS-STJ.

2.1. Custo de materiais de expediente em R\$

Definição: despesa realizada relacionada ao consumo de materiais de expediente.

Unidade de medida: reais.

Periodicidade da apuração: mensal.

Fonte de dados: sistema interno do STJ que trata da gestão de materiais.

2.2. Consumo de materiais de expediente em unidades

Definição: consumo de materiais de expediente no STJ.

Unidade de medida: unidades.

Periodicidade da apuração: mensal.

Fonte de dados: sistema interno do STJ que trata da gestão de materiais.



NOVOS TEMAS PLS-STJ

3. Terceirização – outros

O tema monitora outros contratos de terceirização do STJ além de vigilância e limpeza, tais como secretariado, recepção, mensageiria, copeiragem, operação de elevadores e brigadistas e faz parte dos indicadores monitorados pelos Grupos Executivos Apoio Administrativo e Mobilidade e Segurança, nos termos da IN STJ/GDG n.2/2022. A coleta de dados e discussão com as áreas gestoras seguirão a metodologia aplicada aos demais temas do PLS-STJ.

3.1. CT - Custo de contratos de terceirização em R\$

Definição: totalização da despesa realizada com os contratos e/ou termos aditivos de serviços de terceirização. Incluem-se as despesas decorrentes dos contratos de secretariado, recepção, mensageiria, copeiragem, operação de elevadores e brigadistas.

Unidade de medida: reais.

Periodicidade da apuração: mensal.

Fonte de dados: sistema interno de gestão de materiais e contratos e portal de licitações e contratos do STJ.

3.2. QPT - Quantidade de pessoas contratadas para contratos terceirizados

Definição: quantidade de pessoas contratadas para os serviços terceirizados elencados no item 3.1 ao final do período base.

Unidade de medida: número de trabalhadores.

Periodicidade da apuração: mensal.

Fonte de dados: sistema Administra (ferramenta informatizada do STJ que trata da gestão de materiais) e portal de licitações e contratos do STJ.

3.3. CMT - Custo médio com contratos de terceirização

Definição: despesa total realizada com contratos de terceirização elencados no item 3.1 em relação à quantidade de pessoas contratadas para esses serviços conforme apurado no item 3.2.

Unidade de medida: reais/número de trabalhadores.

Periodicidade da apuração: mensal.

Fórmula: $CMV = (CT/QPT)$

- CT - Custo com contratos de terceirização conforme item 3.1.
- QPT - Quantidade de pessoas contratadas para contratos terceirizados conforme item 3.2.





COPOS DESCARTÁVEIS

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2002 a 2025

O uso de copos plásticos descartáveis causa um impacto ambiental significativo, com um alto consumo de água em sua produção, poluição plástica que compromete ecossistemas terrestres e aquáticos, demora de séculos para sua decomposição e liberação de gases de efeito estufa em sua fabricação e transporte.

Desde 2017, o STJ promove campanhas para incentivar o uso de copos pessoais e, em 2019, encerrou a aquisição de descartáveis, substituindo-os por utensílios de vidro. Além disso, a criação de um indicador de consumo desse item para as unidades ajudou a reduzir seu uso.

Como resultado, houve uma redução de 62% no consumo de copos plásticos no primeiro ciclo do PLS (até 2019) e de 58% entre 2023 e 2024. Embora o consumo atual seja muito baixo, as metas para 2022, 2023 e 2024 não foram atingidas devido a demandas imprevistas, como eventos e solicitações externas, o que motivou a revisão da meta de 2025 e 2026.

META: redução de 90% no consumo até 2026.

Série
Histórica

Ciclo
2021 2026

Limpar
Filtros

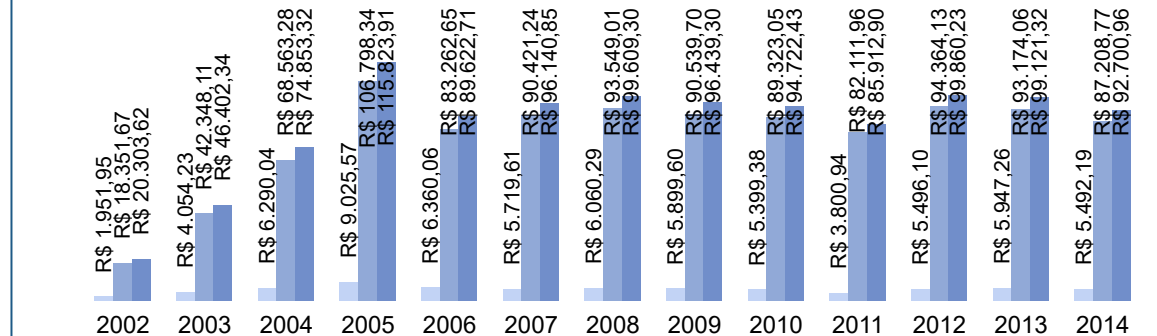
200 ml

50 ml



Custo em R\$

50ml 200ml Custo Total



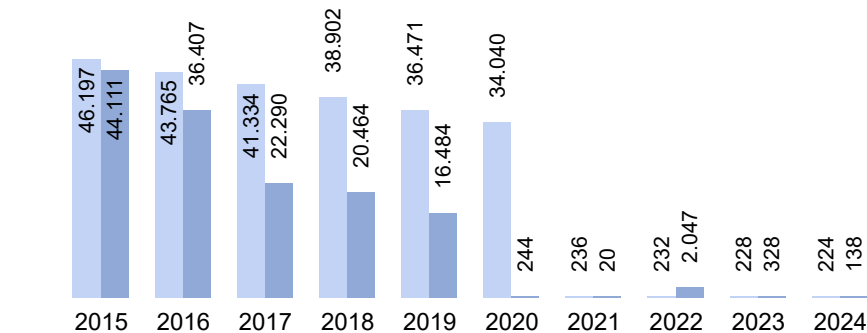
LINHA DE BASE



2014

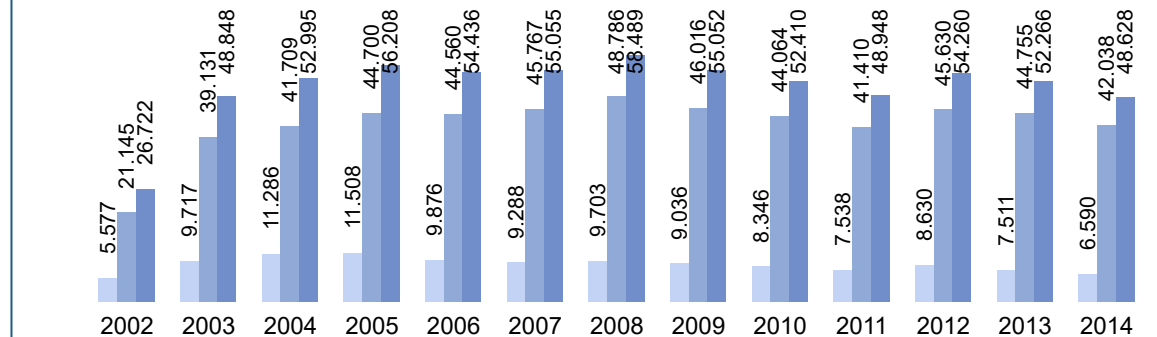
META DE REDUÇÃO - Consumo em sacos com 100 unidades

Meta Resultado



Consumo em sacos com 100 unidades

50ml 200ml Consumo Total





ÁGUA ENVASADA em embalagem plástica descartável

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2010 a 2025

O consumo de água mineral em garrafas plásticas de 500 ml tem grande impacto ambiental devido ao alto uso de água na produção das embalagens, à poluição gerada por resíduos plásticos, cuja decomposição leva centenas de anos, e ao desperdício frequente de água não consumida.

O STJ eliminou a aquisição de água mineral sem gás em 2017, reduzindo-se o consumo em 93% entre 2015 e 2020. No entanto, algumas unidades ainda utilizam água com gás e, embora tenha havido uma redução de 14% no consumo desse item em relação a 2023, em 2024 o volume consumido ultrapassou mais de duas vezes a meta estabelecida. Em 2015, o STJ gerou cerca de 2 toneladas de resíduos plásticos relacionados a esse consumo, enquanto em 2024 esse número caiu para 366 kg.

Continuam sendo desenvolvidas ações de sensibilização para a redução no consumo desse item, além de projetos para adoção de bebedouros e filtros industriais nas áreas comuns dos edifícios.

META: redução de 25% no consumo até 2026.

Descartável

Retornável

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

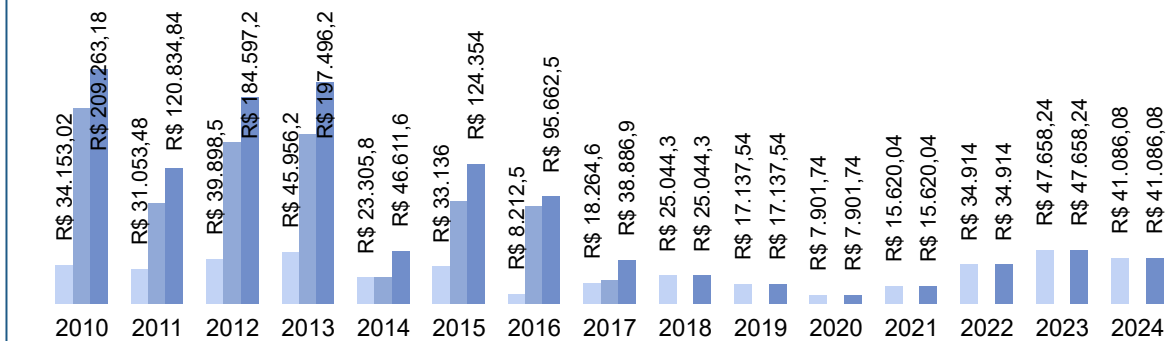
Sem gás

Com gás



Custo em R\$

Com gás Sem gás Total

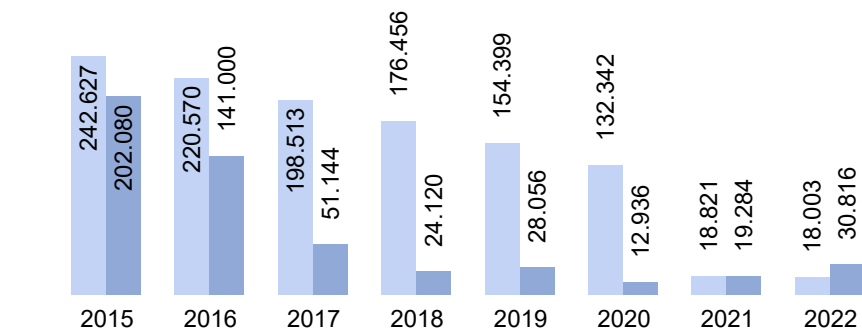


LINHA DE BASE



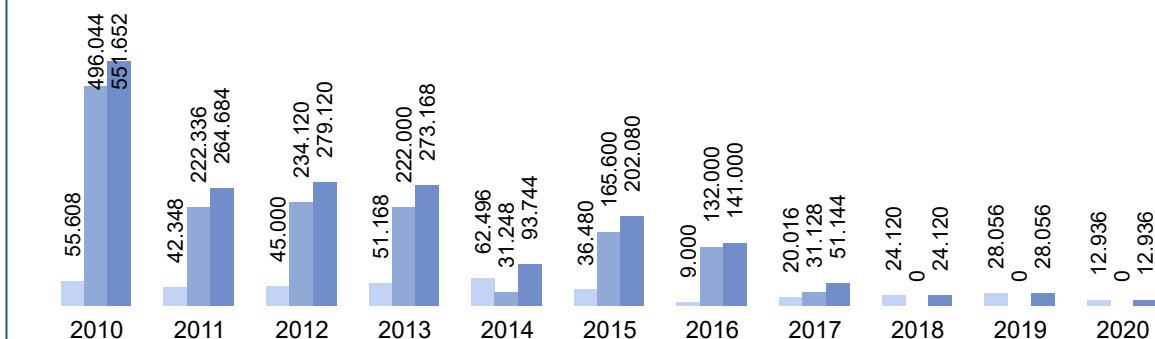
META DE REDUÇÃO - Consumo em unidades

Meta Resultado



Consumo em unidades

Com gás Sem gás Total





ÁGUA ENVASADA em embalagem plástica retornável

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2010 a 2025

O uso do garrafão de água mineral retornável com 20 litros gera menos resíduos plásticos e diminui o custo por litro em comparação com as garrafas de 500 ml. Contudo, seu manuseio exige espaço para armazenamento, rígido protocolo de higienização e atenção para o correto descarte dos recipientes danificados.

Não foi definida meta mínima a ser atingida ou limite máximo de consumo, mas somente uma estimativa de aumento no consumo considerando a necessária eliminação das garrafas de 500ml. No ciclo 2015 a 2019 houve redução de 5% no consumo desse item, com um aumento de 12% no consumo entre 2023 e 2024. Ainda assim, a quantidade consumida em 2024 encontra-se abaixo do registrado em 2019 (pré-pandemia), o que pode ser explicado pela adoção do teletrabalho.

De maneira a diminuir o uso desse item plástico, o STJ tem instalado sistemas de filtragem industrial e purificadores mais modernos dotados de sistemas de dupla filtragem e acionamento sem contato.

ESTIMATIVA: redução de 25% no consumo até 2026.

Descartável

Retornável

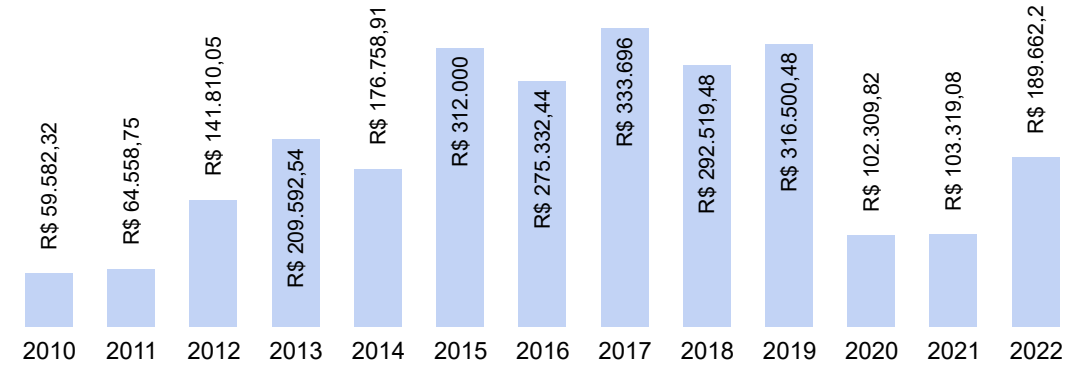
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



Custo em R\$

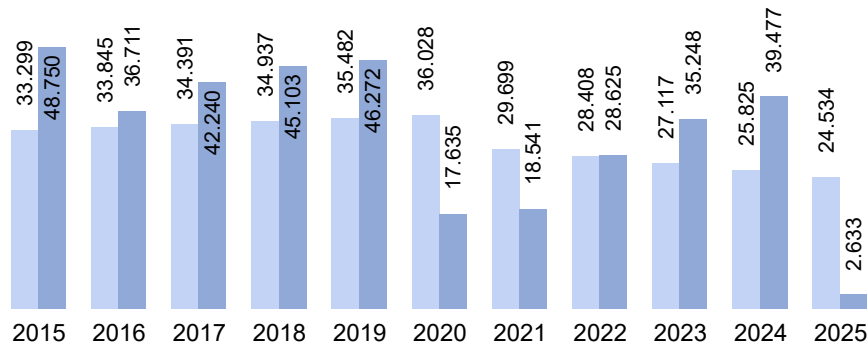


LINHA DE BASE

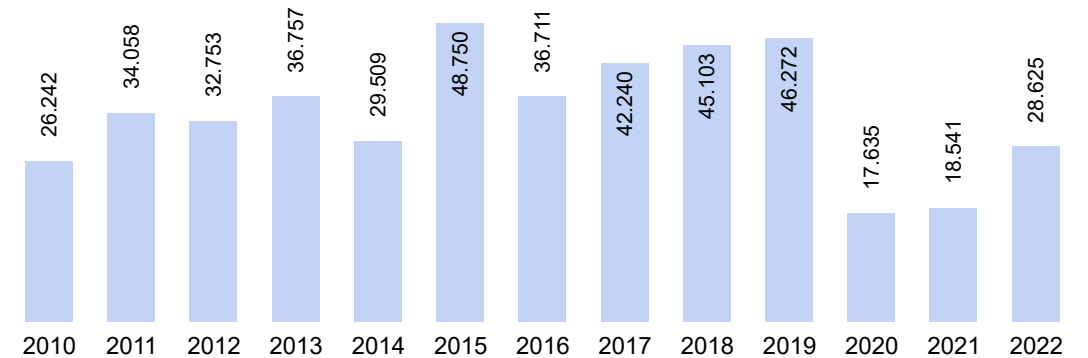


ESTIMATIVA - Consumo em unidades

● Estimativa ● Resultado



Consumo em unidades





CAFÉ E AÇÚCAR

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2019 a 2025

Devido ao desperdício de insumos, em 2016 foi criado o projeto Ilhas de Café com a centralização das garrafas térmicas em pontos de serviço localizados nas áreas de circulação dos edifícios administrativos. A iniciativa estimulou-se pequenos deslocamentos e a socialização dos usuários, além de se reduzir o desperdício e otimizar o uso da infraestrutura das copas e as rotinas das colaboradoras terceirizadas.

No período de 2019 a 2024 percebe-se tendência de aumento de consumo, com um aumento de 6% no consumo de café e açúcar e de 8% entre 2023 e 2024. Verifica-se também que somente em 2021 a meta estipulada foi respeitada e nos anos seguintes o consumo ultrapassou o definido anualmente, o que indica necessidade de estudos para revisão das metas.

META: redução de 10% no consumo de café e açúcar até 2026.

(Tema não exigido pela Resolução CNJ n. 400/2021)

Série
Histórica

Ciclo
2021 2026

Limpar
Filtros

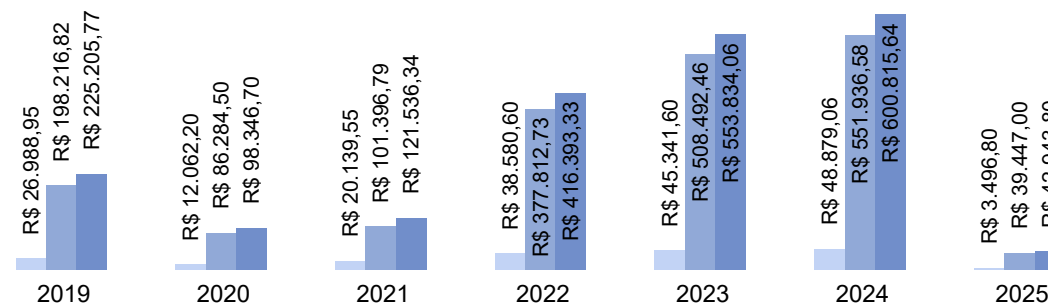
Café

Açúcar



Custo em R\$

● Açúcar ● Café ● Total

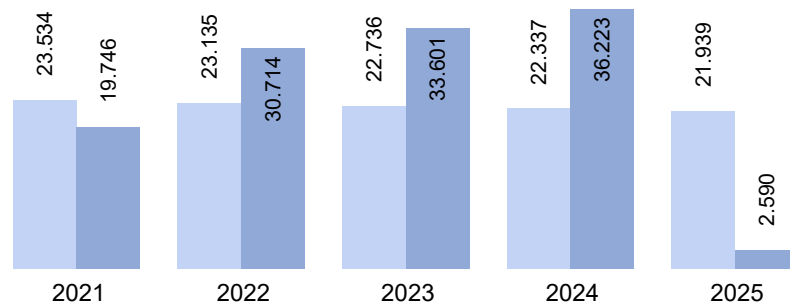


LINHA DE BASE



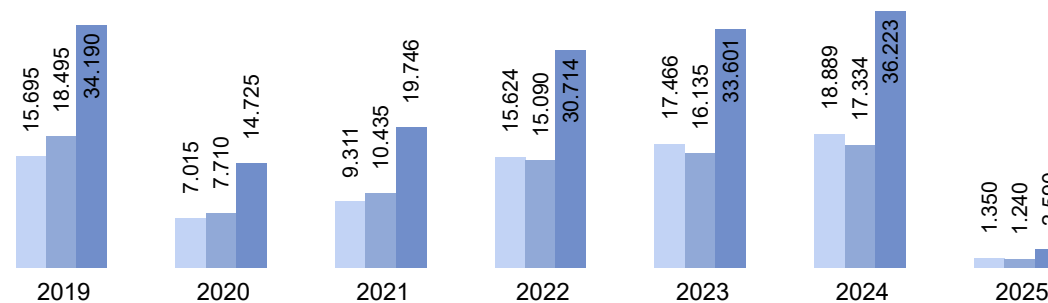
META DE REDUÇÃO - Consumo em Kg

● Meta ● Resultado



Consumo em Kg

● Açúcar ● Café ● Total





MATERIAIS DE EXPEDIENTE

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2002 a 2025

O consumo de materiais de expediente sofreu significativa modificação ao longo dos anos com a adoção do processo eletrônico e campanhas de sensibilização para ampliação do uso de ferramentas e soluções digitais.

A queda no consumo de papel reflete-se no uso dos insumos a ele relacionados como clipes, grampeador, cola, fita adesiva, porta fita adesiva, caneta esferográfica, lápis, borracha, caneta destaca texto e bloco para recados. O monitoramento deste tema permite a confirmação dessa percepção e possibilita a eventual medição desses indicadores de forma individual nas unidades do Tribunal.

Verifica-se que de 2015 a 2024 houve redução de 75% no consumo dos itens que fazem parte da lista analisada, com uma redução de 32% entre 2023 e 2024. Com uma tendência de queda constante, a meta estipulada tem sido atingida nos últimos anos.

META: redução de 10% no consumo até 2026.

(Tema não exigido pela Resolução CNJ n. 400/2021)

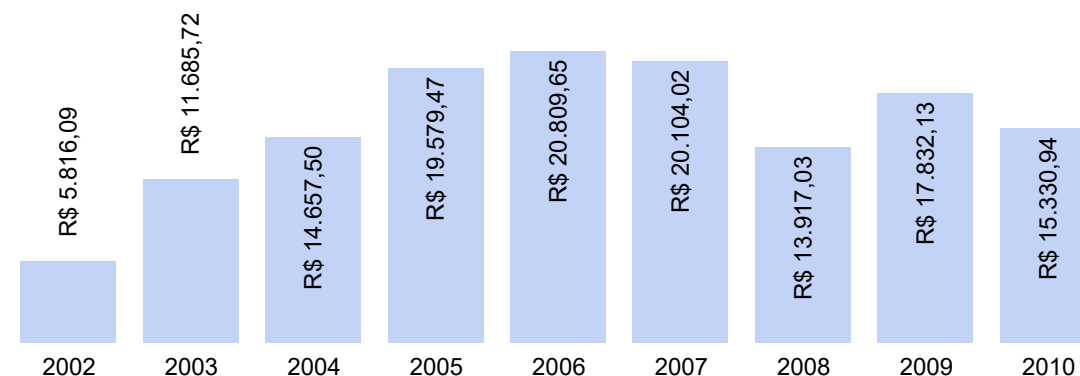
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



Custo em R\$



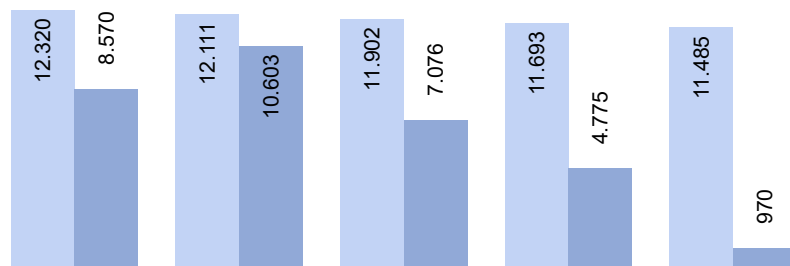
LINHA DE BASE



2019

META DE REDUÇÃO - Consumo em unidades

● Meta ● Resultado



2021

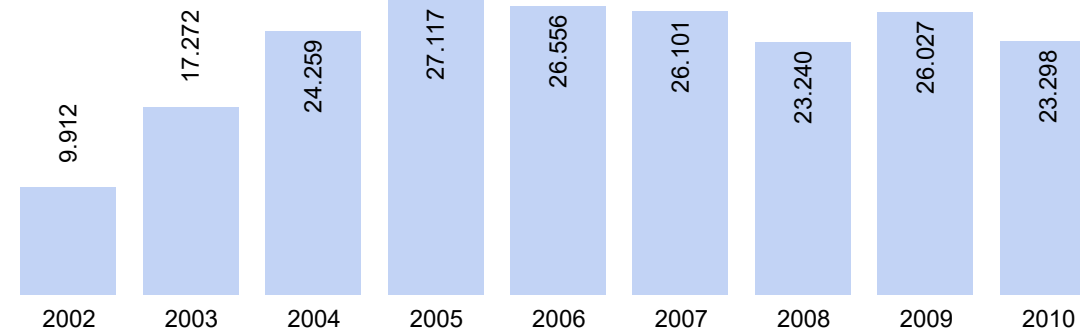
2022

2023

2024

2025

Consumo em unidades



2002

2003

2004

2005

2006

2007

2008

2009

2010



PAPEL

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2002 a 2025

Os impactos ambientais do papel incluem o consumo de água, energia e liberação de produtos químicos na fabricação, além dos resíduos gerados no descarte. O uso do papel também aumenta o uso de materiais de expediente, energia e toner nas impressões.

Em 2008, o STJ registrou um pico de consumo de papel, coincidindo com o início da digitalização dos processos judiciais e administrativos. Desde então, houve uma redução de 70% no consumo entre 2015 e 2024.

No entanto, entre 2022 e 2023, o consumo aumentou 29%, com um novo incremento de 4% entre 2023 e 2024. As metas do segundo ciclo do PLS-STJ foram cumpridas em 2021, 2022 e 2023, mas em 2024 o consumo de papel superou a meta que previa forte queda no uso do item.

Em 2024 foram retomadas as campanhas de sensibilização para o uso consciente de papel e a revisão e digitalização de processos de trabalho para sensibilização dos usuários.

META: redução de 50% no consumo até 2026.

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

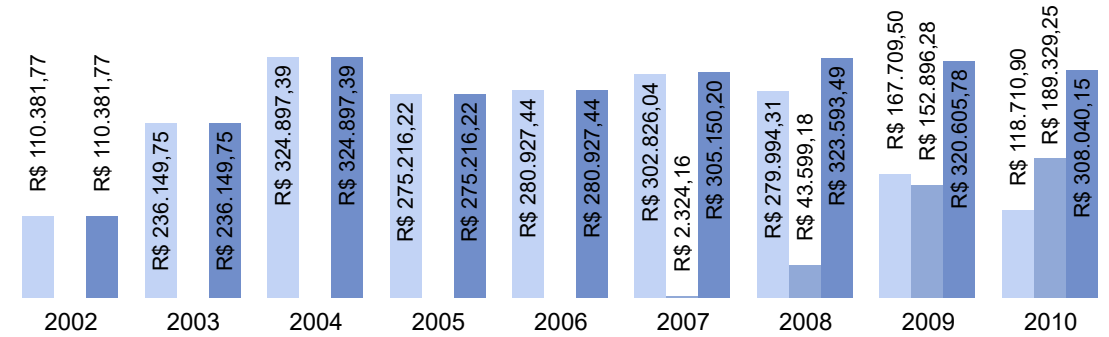


Reciclado

Não reciclado

Custo em R\$

● Não Reciclado ● Reciclado ● Total



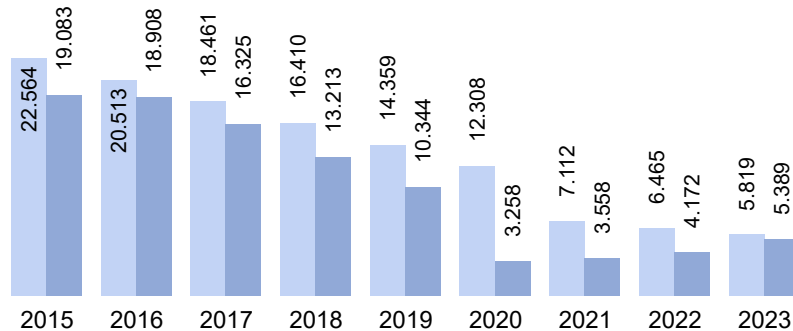
LINHA DE BASE



2014

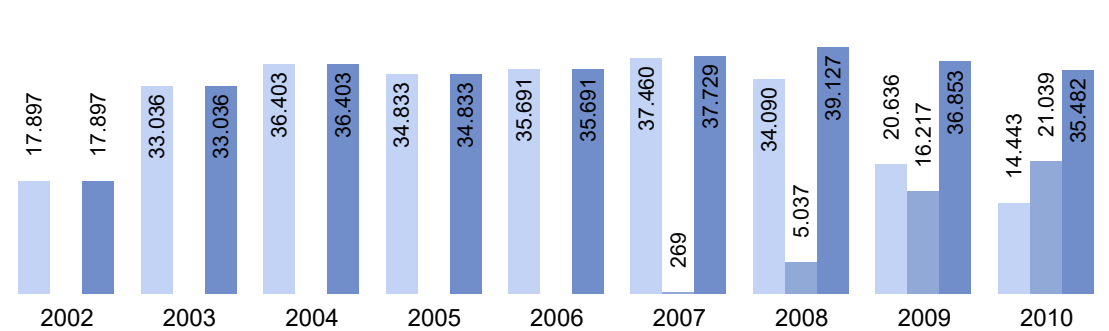
META DE REDUÇÃO - Consumo em resmas

● Meta ● Resultado



Consumo em resmas

● Não Reciclado ● Reciclado ● Total





IMPRESSÃO

Grupo Executivo Recursos Tecnológicos

Período selecionado
2014 a 2025

A eficiência do contrato de *outsourcing* de impressão do STJ demanda a eliminação de equipamentos ociosos, mantendo-se apenas os realmente necessários. Para isso, busca-se aumentar em 28% as impressões por equipamento e reduzir as impressões por usuário.

A Política de Impressão do STJ contribui com critérios para distribuição de impressoras, padronização do quantitativo e concentração das impressões em equipamentos compartilhados. A digitalização de processos e a redução geral de impressões e equipamentos também são fundamentais nesse objetivo. Destaca-se que em 2024 foi realizada a campanha Saia do Papel, para conscientização sobre o uso consciente de papel e impressões e a digitalização de processos de trabalho.

Desde 2021, as impressões por equipamento aumentaram, embora abaixo da meta. Entre 2015 e 2024, houve redução de 70% no total de impressões e de 61% nos equipamentos. Já entre 2023 e 2024, as impressões cresceram 8%, enquanto a quantidade de equipamentos se manteve estável.

META: aumento de 28% nas impressões por equipamento até 2026.

Impressão 1

Impressão 2

Impressão 3

Serv. Gráfico

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

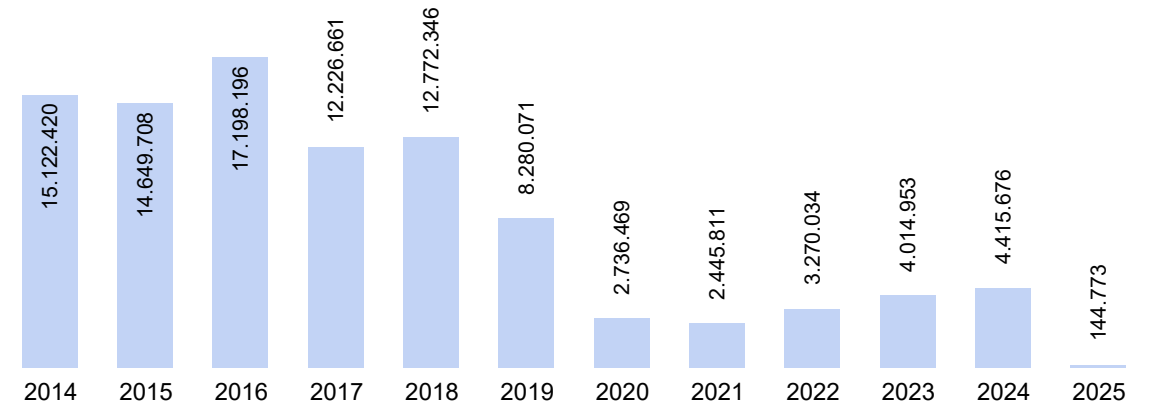
Limpar Filtros

Comum

Reprografia



Quantidade de impressões



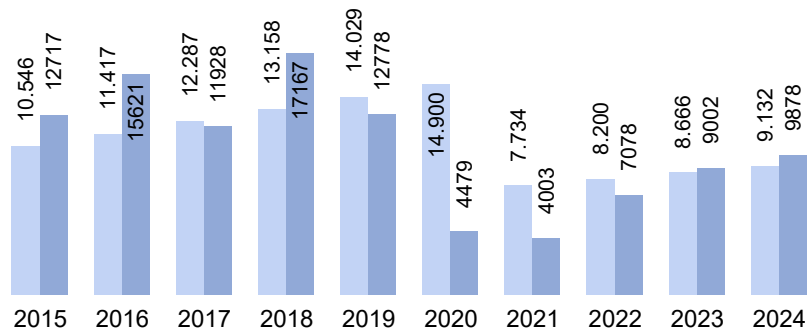
LINHA DE BASE



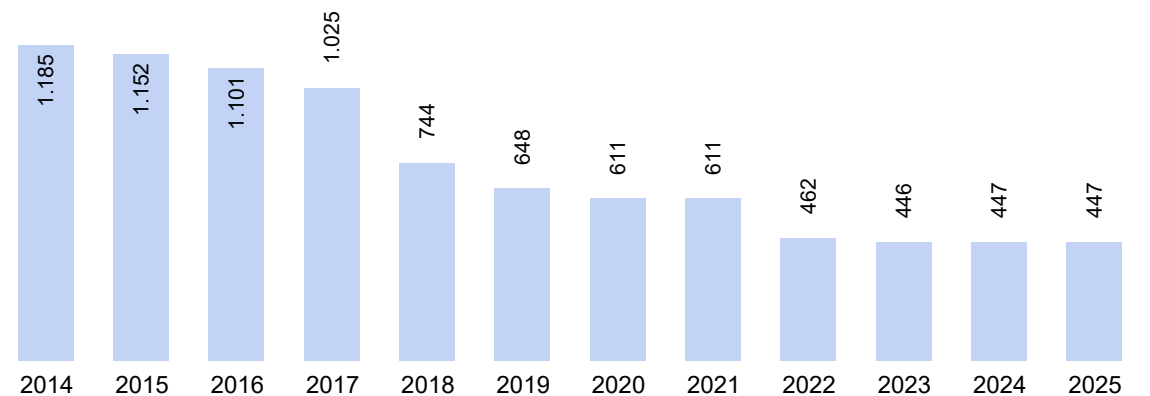
2019

META DE AUMENTO - Impressões por equipamento

● Meta ● Resultado



Quantidade de equipamentos





IMPRESSÃO

Grupo Executivo Recursos Tecnológicos

Período selecionado
2014 a 2025

Ao buscar eficiência na impressão no STJ, foi adotada uma estratégia dupla: reduzir o número de impressões por usuário e aumentar a eficiência de cada equipamento.

A análise da série histórica mostra que ações de conscientização, consolidação do teletrabalho e digitalização dos processos resultaram em uma redução de 70% nas impressões totais entre 2015 e 2024.

Com isso, as áreas responsáveis propuseram como meta para o ciclo 2021-2026 diminuir em 10% as impressões normais e em 35% os impressos da reprografia.

Assim, registrou-se uma queda de 76% nas impressões por usuário entre 2015 e 2024, e de 9% entre 2023 e 2024, permitindo o alcance das metas estipuladas desde 2021.

Essa redução tem um impacto ambiental significativo, pois diminui o consumo de papel, a geração de resíduos e a utilização de energia, contribuindo para a descarbonização do STJ.

META: redução de 16% nas impressões por usuário até 2026

Impressão 1

Impressão 2

Impressão 3

Serv. Gráfico

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

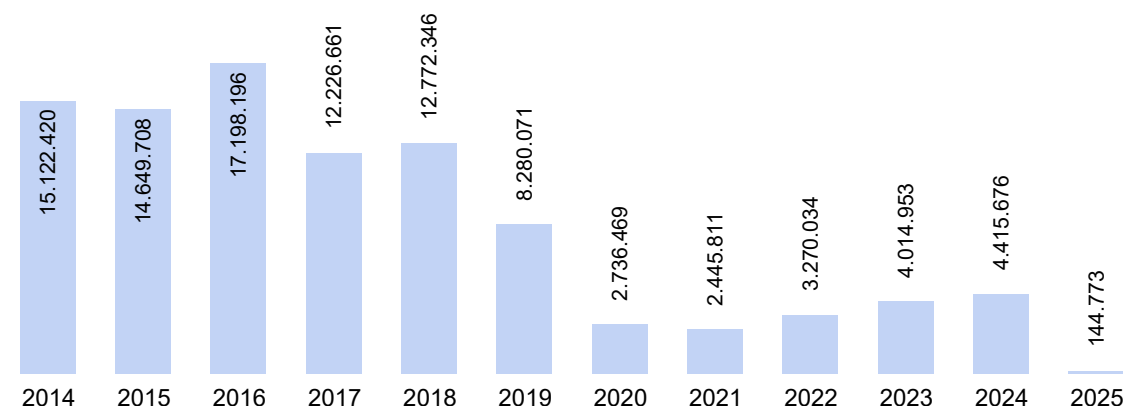
Limpar Filtros

Comum

Reprografia



Quantidade de impressões

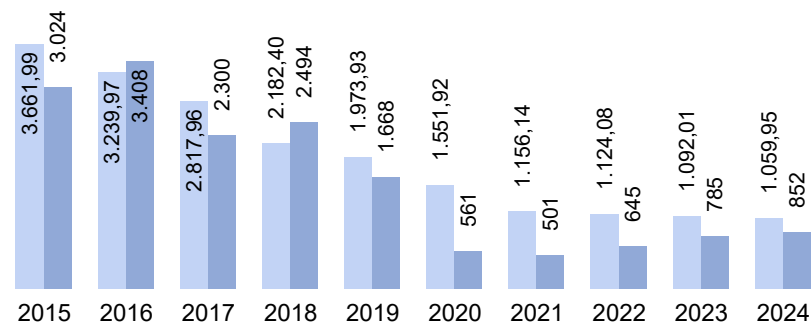


LINHA DE BASE

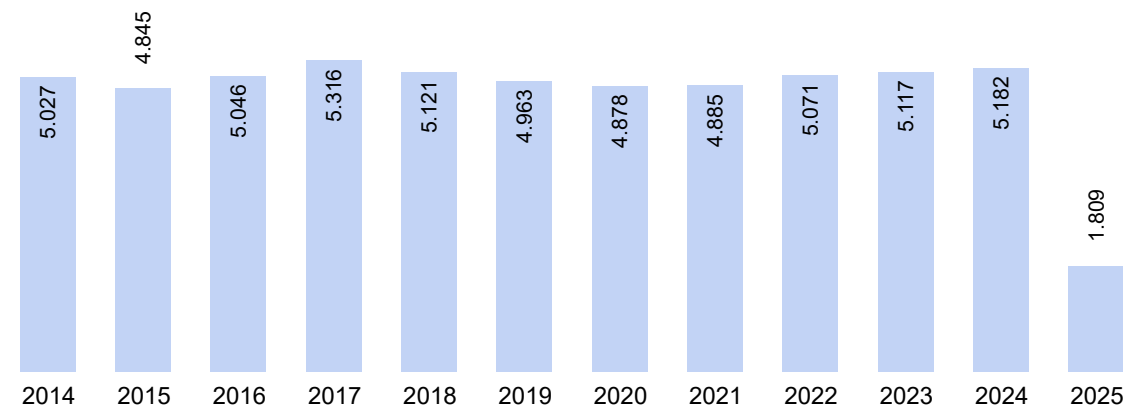


META DE REDUÇÃO - Impressões por usuário

● Meta ● Resultado



Quantidade de usuários





IMPRESSÃO

Grupo Executivo Recursos Tecnológicos

Período selecionado
2014 a 2025

Entre 2015 e 2024, o STJ implementou melhorias na gestão de seu contrato de outsourcing de impressão, resultando em uma redução de 61% no número de equipamentos.

De 2015 a 2018, houve uma redução inicial de 27%, fortalecida pelo projeto "Ilhas de Impressão" em 2018, que aumentou essa redução em mais 27% por meio do compartilhamento de dispositivos pelas unidades.

Em 2022, foi feita uma transição para um modelo de pagamento por equipamento e página impressa, substituindo o de franquia fixa, com o objetivo de ajustar os custos de acordo com a diminuição no número de equipamentos.

Apesar do aumento de 128% no custo por equipamento de 2015 a 2024, atingiu-se uma redução de 4% no valor total pago nesse período. Entre 2023 e 2024 houve aumento de 8% no custo total e no custo por equipamento, contudo as metas estipuladas têm sido alcançadas.

LIMITE: aumento de até 52% no custo por equipamento até 2026.

Impressão 1

Impressão 2

Impressão 3

Serv. Gráfico

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

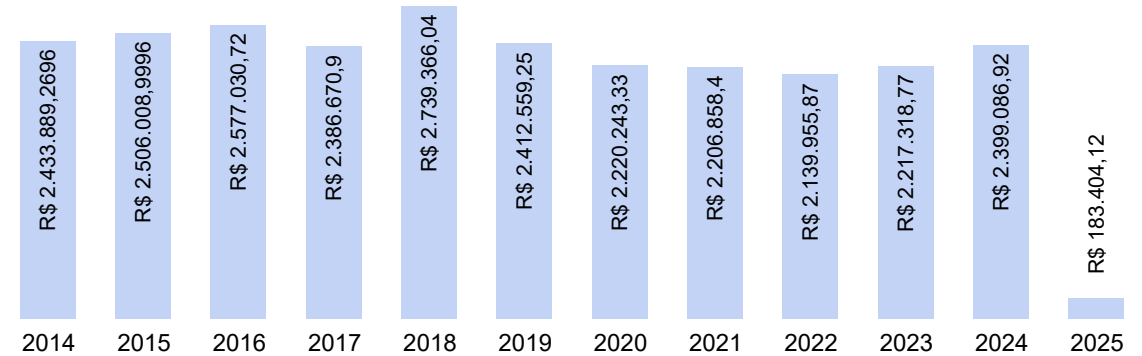
Limpar Filtros

Comum

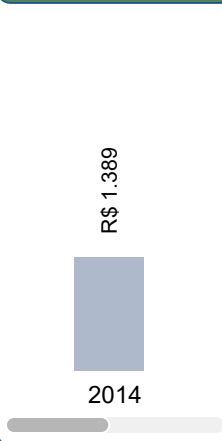
Reprografia



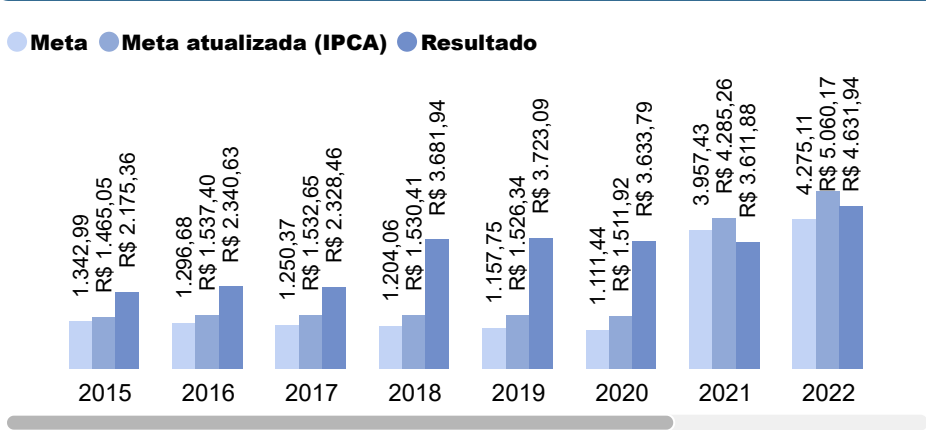
Custo do contrato de impressão em R\$



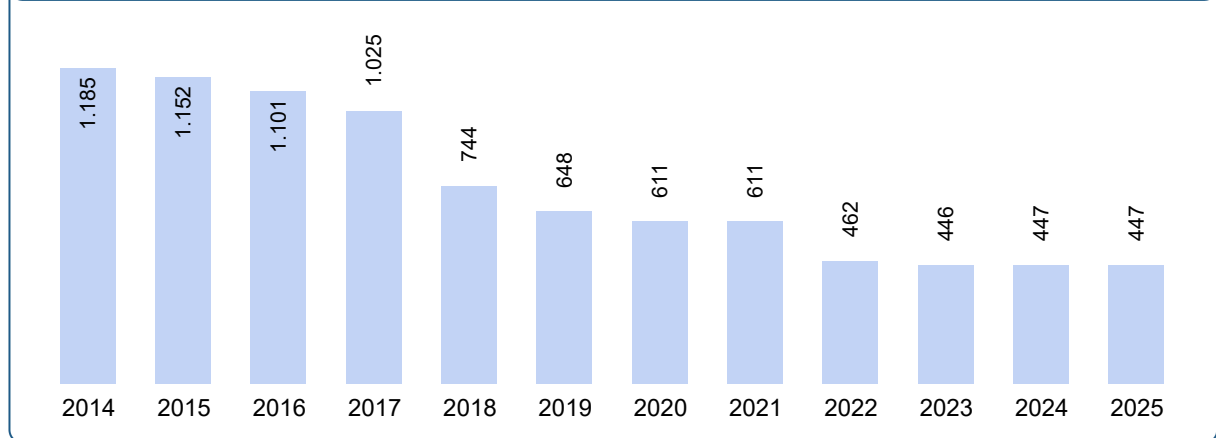
LINHA DE BASE



META DE REDUÇÃO - Custo por equipamento em R\$



Quantidade de equipamentos





SERVIÇOS GRÁFICOS

Grupo Executivo Recursos Tecnológicos

Período selecionado
2014 a 2025

A adoção de soluções digitais para rotinas de trabalho, produção e armazenamento de documentos reduziu significativamente a demanda por serviços gráficos. Destaca-se uma mudança cultural relacionada à pandemia com a adoção de soluções remotas para eventos e cursos, o uso de QR Codes e acessos digitais para documentos e materiais de divulgação. Em 2024, o STJ inovou ao criar uma loja de itens institucionais, permitindo que calendários e agendas sejam adquiridos, abolindo a distribuição gratuita ao público externo.

Embora tenha havido uma redução significativa nas impressões de 2019 a 2022, a demanda por materiais impressos ainda persiste, demandando monitoração contínua. Os custos com serviços gráficos aumentaram consideravelmente entre 2022 e 2024, principalmente devido à retomada das impressões de publicações internas, que substituíram as versões digitais adotadas anteriormente, impactando negativamente o cumprimento das metas estipuladas.

META: redução de 10% no custo dos serviços gráficos até 2026

Impressão 1

Impressão 2

Impressão 3

Serv. Gráfico

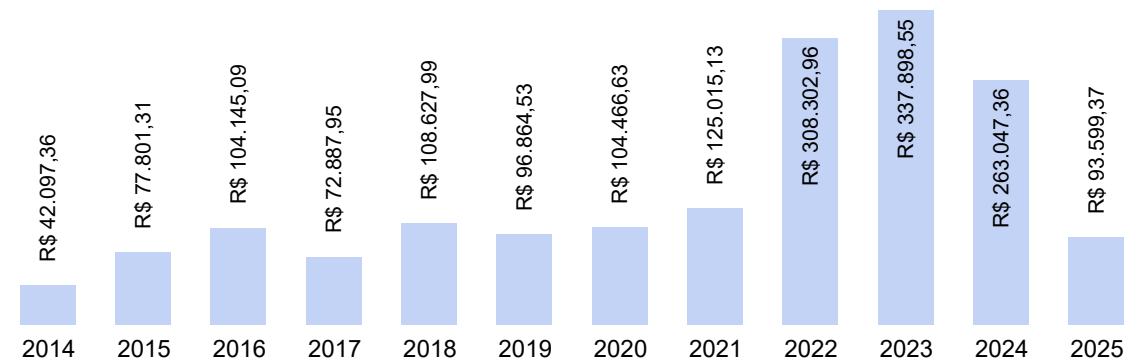
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

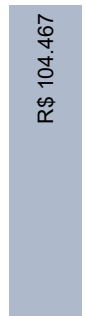
Limpar Filtros



Custo com serviços gráficos

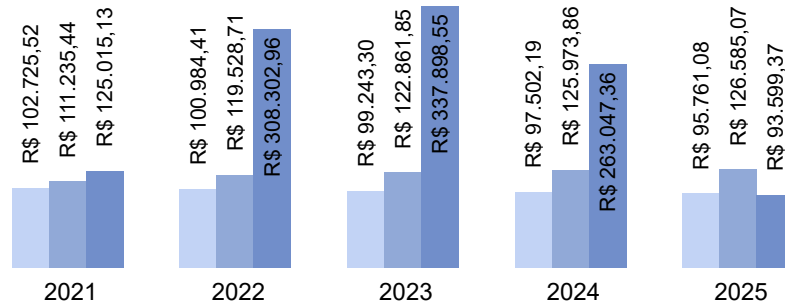


LINHA DE BASE



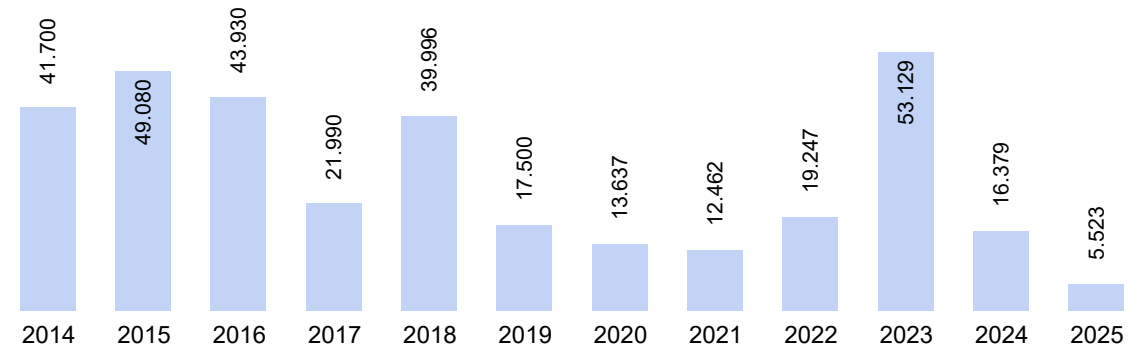
META DE REDUÇÃO - Custo com serviços gráficos em R\$

● Meta ● Meta Atualizada (IPCA) ● Resultado



Quantidade de itens

● Unidades





TELEFONIA MÓVEL

Grupo Executivo Recursos Tecnológicos

Período selecionado
2010 a 2025

A telefonia móvel se caracteriza pelos constantes avanços tecnológicos e reajustes tarifários. Com a implementação da tecnologia 5G o uso dos dispositivos móveis tende a se intensificar diante da amplitude e eficiência de cobertura, a possibilidade de maior capacidade para transferência de dados e multiplicidade de conexões simultâneas.

O celular tornou-se uma ferramenta obrigatória de trabalho presente na rotina diária, o que se verifica na série histórica do indicador. Esse cenário é reforçado pela adoção do teletrabalho e o uso das ferramentas que possibilitam as chamadas e reuniões virtuais no STJ.

A meta estipulada para o primeiro ciclo 2015 a 2020 não foi atingida e entre 2019 e 2020 houve aumento de 25% nos gastos por linha. Apesar do aperfeiçoamento da tecnologia e competitividade do setor, observou-se aumento significativo nos gastos entre 2021 e 2022.

META: redução de 2,5% no custo por linha móvel até 2026.

Telefonia Móvel

Telefonia Fixa

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

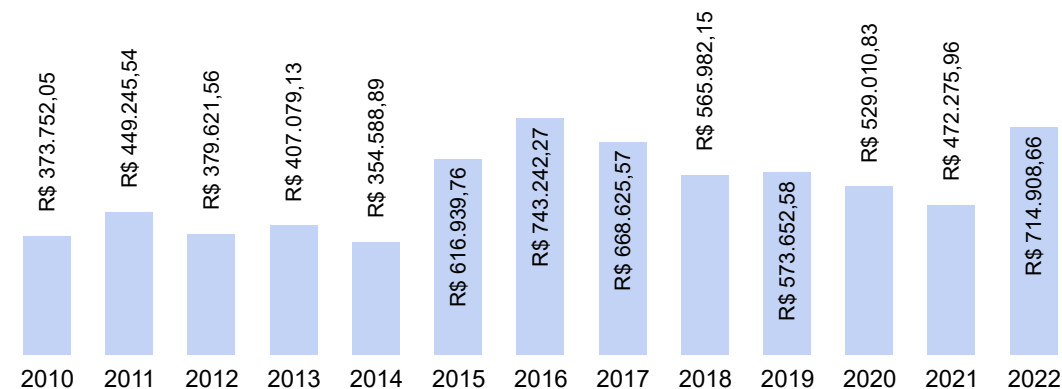
Celular

Tablet/Modem

Reembolso



Custo em R\$



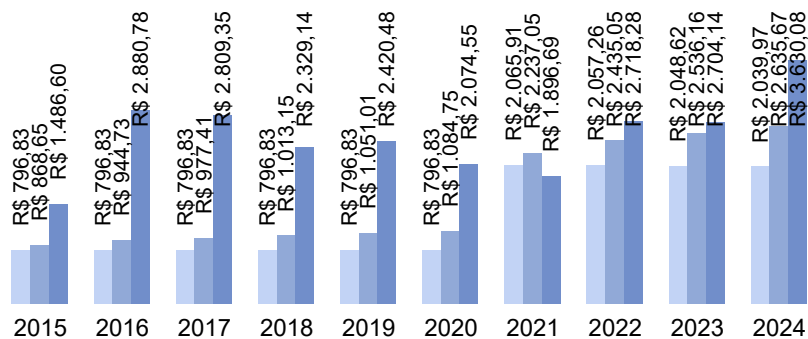
LINHA DE BASE

R\$ 797

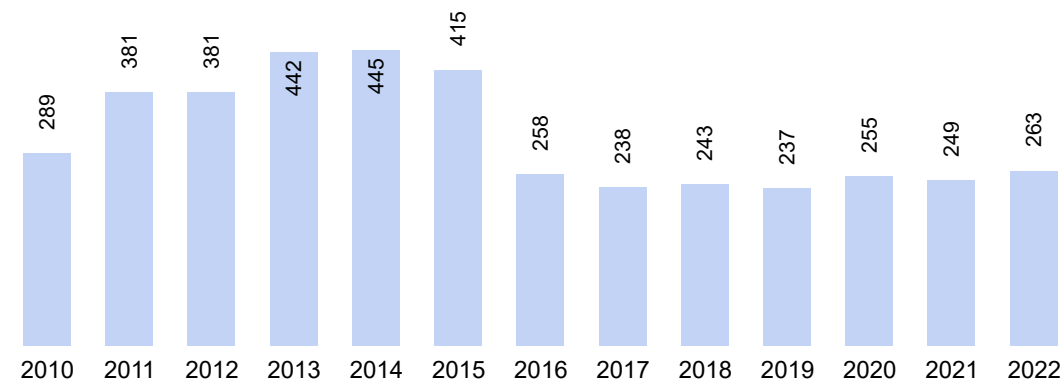
2014

META DE REDUÇÃO - Custo por linha móvel em R\$

● Meta ● Meta atualizada (IPCA) ● Resultado



Quantidade de linhas móveis





TELEFONIA FIXA

Grupo Executivo Recursos Tecnológicos

Período selecionado
2010 a 2025

Com uma série histórica superior a 10 anos, percebe-se o avanço alcançado pela implantação da tecnologia VoIP (telefonia baseada na internet), com a redução acentuada nos custos de telefonia fixa de 2010 a 2021 e com uma redução de 59% no custo entre 2015 e 2020.

O início do segundo ciclo do PLS em 2021 aponta para um novo perfil de uso da telefonia fixa tendo em vista a adoção das ferramentas de produtividade remotas, com destaque para o software Microsoft Teams, amplamente adotado pelas unidades do STJ para a realização de ligações e vídeo chamadas.

Também espera-se que a adoção do teletrabalho reduza os custos do indicador mesmo diante do redirecionamento de chamadas de ramais para telefones dos colaboradores do Tribunal que estejam trabalhando remotamente.

Vale registrar que o tema de telefonia fixa está em constante aperfeiçoamento tecnológico e que o STJ tem acompanhado as oportunidades de melhoria do serviço e diminuição de custos.

META: redução de 10% no custo por linha fixa até 2026

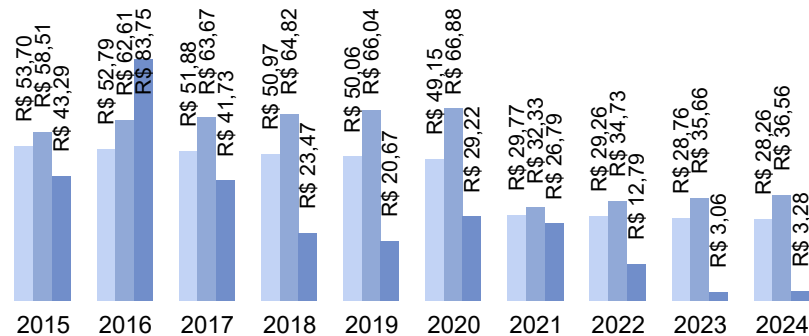
LINHA DE BASE



2014

META DE REDUÇÃO - Custo por linha fixa em R\$

● Meta ● Meta Atualizada (IPCA) ● Resultado



Telefonia Móvel

Telefonia Fixa

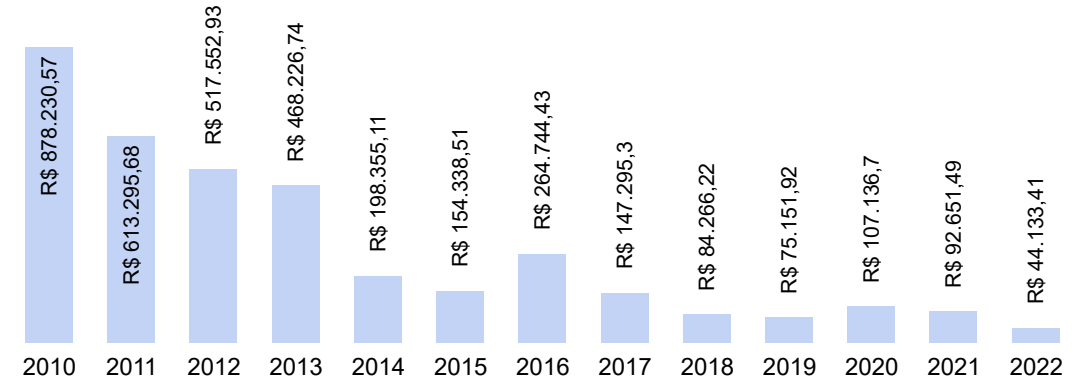
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

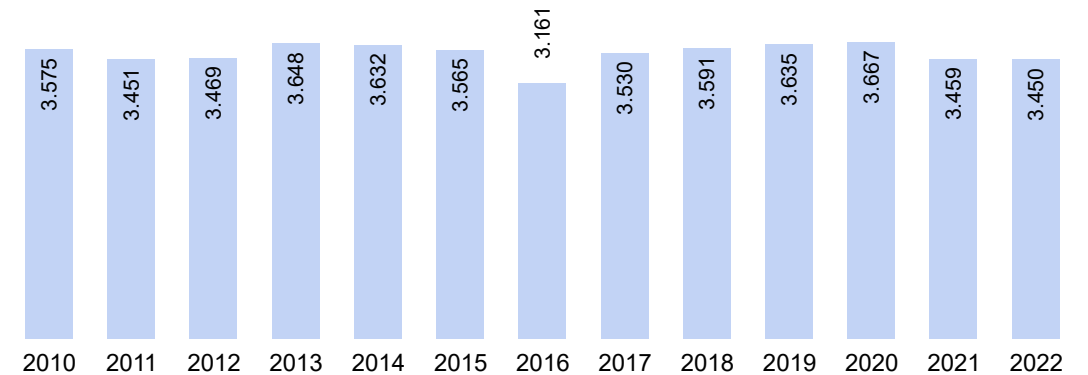
Limpar Filtros



Custo em R\$



Quantidade de linhas fixas





ENERGIA ELÉTRICA

Grupo Executivo Recursos Prediais

Período selecionado
2010 a 2025

O custo da energia elétrica se destaca devido a sua tendência de demandas crescentes e reajustes constantes relacionados às variações climáticas que afetam a matriz hidroelétrica. Cabe salientar os impactos ambientais relacionados à produção e consumo de energia elétrica.

A meta estipulada para o ciclo 2015 a 2020 foi superada, com uma redução de 18,6% até 2019. Desconsiderou-se a redução do consumo em 2020 em função da pandemia. O resultado positivo se deve, entre outros fatores, à adoção de iluminação LED no STJ, medidas de eficiência no consumo e ações de sensibilização dos usuários. É importante registrar que o STJ também terá uma usina solar fotovoltaica o que tende a impactar positivamente os resultados para este tema.

Para a definição da meta foi analisada a série histórica e a tendência de consumo diante da adoção do teletrabalho.

META: redução de 2,5% no consumo relativo de energia até 2026

Energia 1

Energia 2

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

Sede

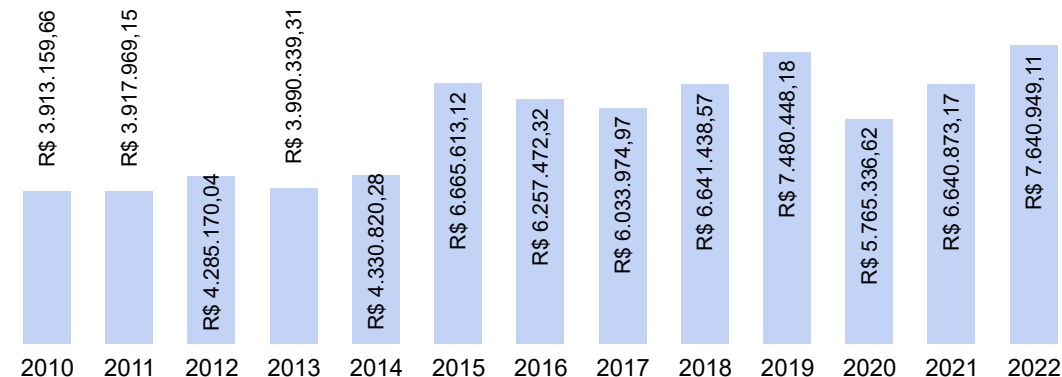
Garagem

Oficina

Anexo



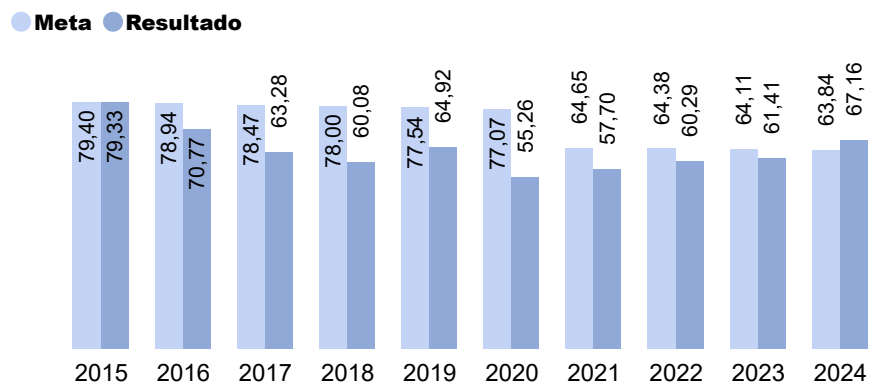
Custo em R\$



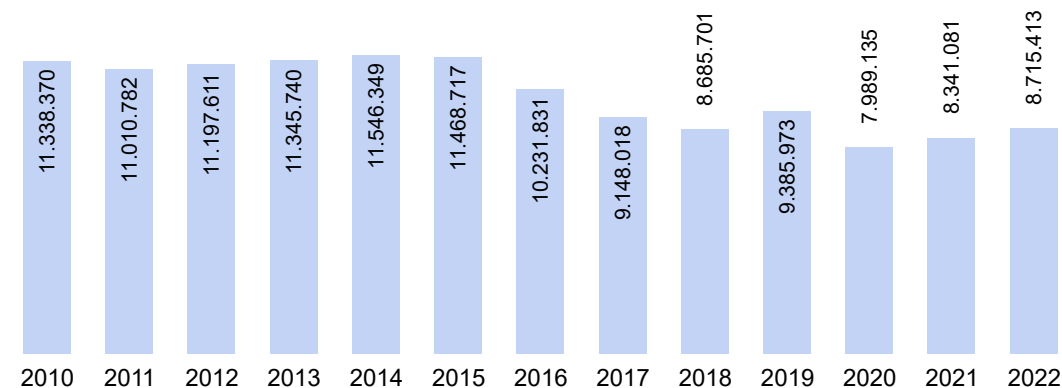
LINHA DE BASE



META DE REDUÇÃO - Consumo em kWh / m²



Consumo em kWh





ENERGIA ELÉTRICA

Grupo Executivo Recursos Prediais

Período selecionado
2010 a 2025

A adoção de sistemas fotovoltaicos em instituições públicas impulsiona a inovação e a sustentabilidade, promovendo o acesso à energia renovável e reduzindo a dependência de combustíveis fósseis.

Essas soluções não apenas reduzem custos e aumentam a segurança energética, mas modernizam a infraestrutura elétrica, estimulam a adoção de tecnologias sustentáveis e práticas responsáveis que minimizam os impactos ambientais.

Alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 7, 9, 12 e 13 da Agenda 2030 da ONU, essa usina fotovoltaica contribui para a diminuição das emissões de gases de efeito estufa (GEE) e adoção de uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o STJ iniciou a construção de sua usina fotovoltaica para a Geração Distribuída Remota, o projeto Sol da Justiça. Localizada em Brazlândia (DF), a usina entrou em operação em julho de 2023.

Por meio de um contrato de locação do sistema de geração distribuída (SGD) de 15 anos e sem o uso de recursos diretos, a usina gerou 45% do consumo de energia do STJ em 2024, sendo uma das principais ações de descarbonização do STJ no âmbito do programa Justiça Carbono Zero lançado pelo Conselho Nacional de Justiça.



Energia 1

Energia 2

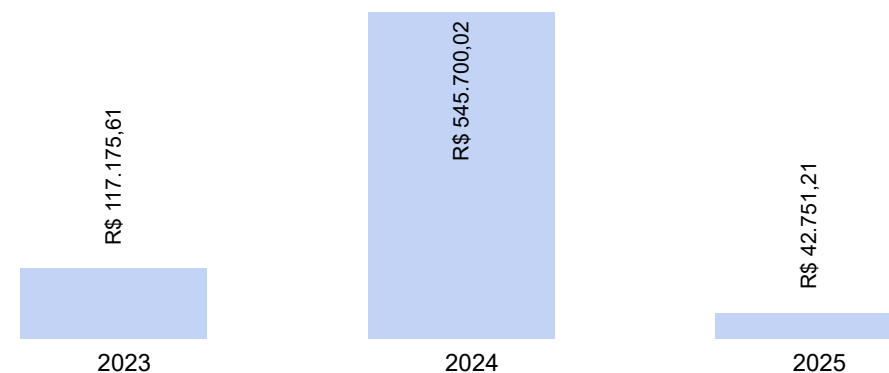
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

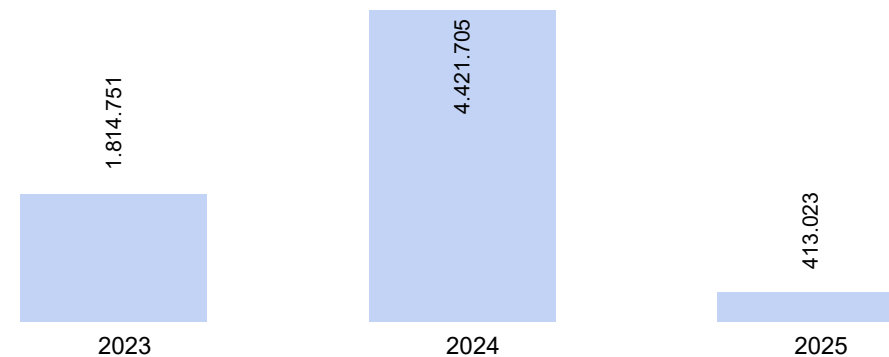
Limpar Filtros



Custo em R\$



Geração de energia fotovoltaica





ÁGUA E ESGOTO

Grupo Executivo Recursos Prediais

Período selecionado
2010 a 2025

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) adota diversas medidas para garantir o uso sustentável da água, considerando as limitações técnicas do complexo de edifícios, construído na década de 1990, que inviabiliza a adoção de soluções como reúso de água cinza ou captação de águas pluviais.

No entanto, o Tribunal adota diversas práticas para minimizar desperdícios, como torneiras automáticas e redutores de vazão, uso de poço artesiano para irrigação, ecolavagem de parte da frota, conscientização das equipes de limpeza, monitoramento para detecção de vazamentos e campanhas de sensibilização dos usuários.

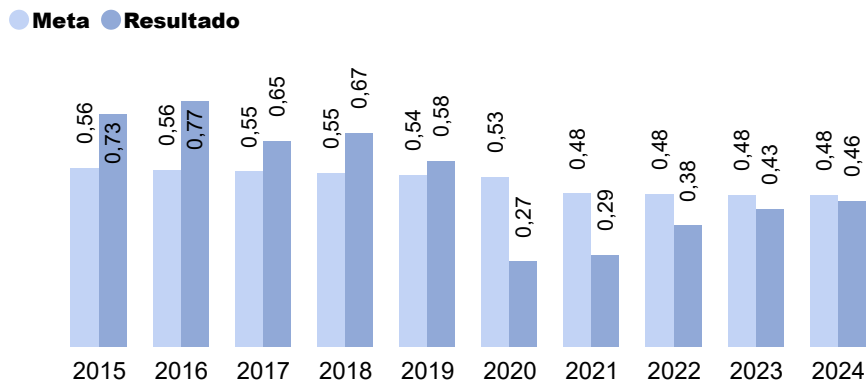
A meta de consumo para 2021-2026 foi definida com base na análise histórica, nos resultados alcançados e no impacto do teletrabalho. Desde 2020, as metas são cumpridas, com redução acumulada de 37% entre 2015 e 2024. Apesar do aumento de 6% entre 2023 e 2024, o consumo atual segue 21% inferior ao de 2019.

META: redução de 2,5% no consumo relativo de água até 2026.

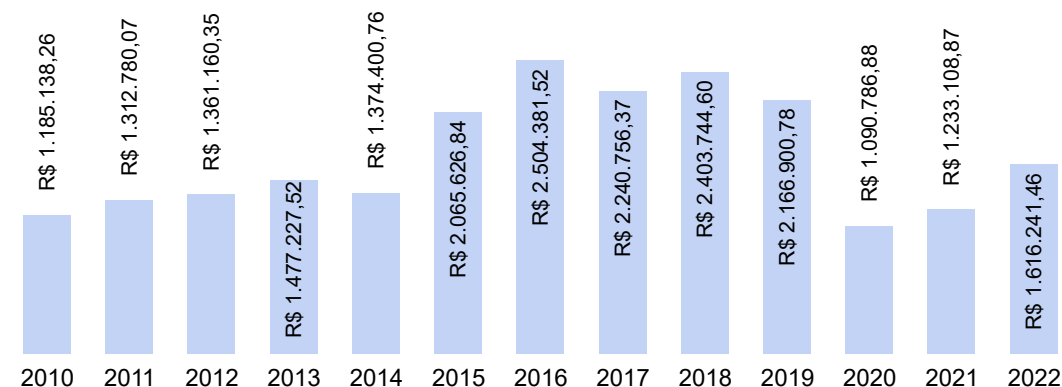
LINHA DE BASE



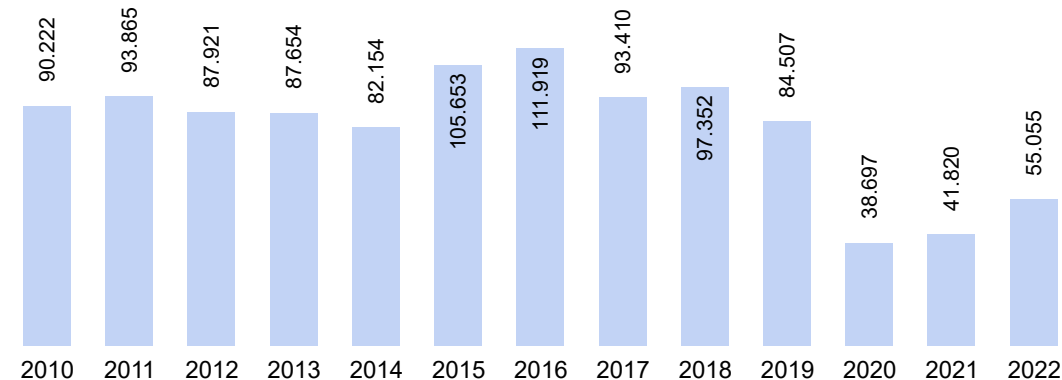
META DE REDUÇÃO - Consumo em m³ / m²



Custo em R\$



Consumo em m³



Série Histórica | Ciclo 2021-2026 | Limpar Filtros

Sede | Garagem | Oficina | Anexo





REFORMAS E CONSTRUÇÕES

Período selecionado
2015 a 2025

Grupo Executivo Recursos Prediais

Esse tema tem por objetivo o registro e monitoramento dos gastos relacionados a reformas para que seja verificada sua real necessidade e sejam avaliados critérios de priorização e otimização, especialmente no caso de obras de alteração de leiaute.

Com a Resolução CNJ nº 400/2021, passou-se a registrar não apenas gastos com divisórias, mas também obras civis, reformas e serviços de engenharia relacionados à manutenção predial, adequações para acessibilidade e novas demandas.

Essas intervenções geram impacto pelo consumo de matérias-primas, água e energia, além da produção de resíduos. Alterações de leiaute, muitas vezes facultativas, envolvem principalmente o uso de madeira ou MDF e demandam serviços complementares, como gesso, pintura, elétrica e infraestrutura de rede.

Dado o caráter obrigatório de muitas reformas, não há meta de redução de gastos, pois os custos variam conforme os serviços realizados.

As intervenções dessa natureza são tratadas no Plano de Obras do STJ, elaborado pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura, de maneira a estabelecer a priorização de obras e serviços de pequeno, médio e grande porte.

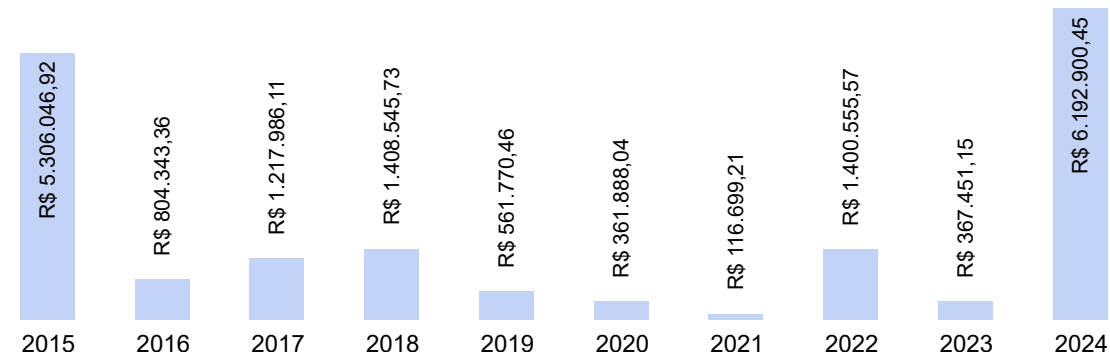
Durante o ciclo 2021-2026 será desenvolvido o refinamento da pesquisa quanto aos indicadores de reformas com o objetivo de individualizar estes gastos e consumos.

Série Histórica | Ciclo 2021-2026 | Limpar Filtros

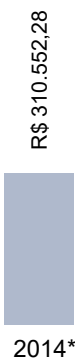
Novo edifício | Reformas | Leiaute



Custo em R\$

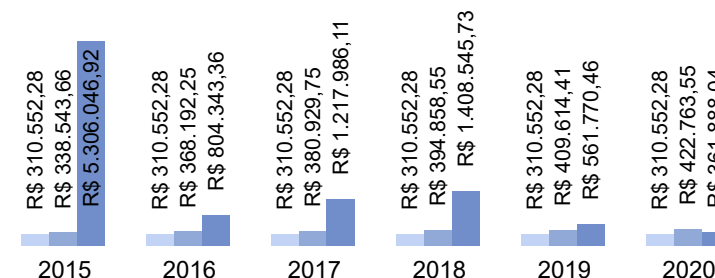


LINHA DE BASE



Estimativa de custo em R\$

Estimativa | Estimativa atualizada (IPCA) | Custo





GESTÃO DE RESÍDUOS

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2014 a 2025

A coleta seletiva no STJ foi implementada em 2009, inicialmente com separação por tipo de material (seletiva múltipla). Desde 2018, adotou-se a coleta bifluxo, separando apenas recicláveis e não recicláveis junto com orgânicos, em alinhamento com os novos procedimentos do governo local.

Atualmente, os resíduos recicláveis são coletados pelo Serviço de Limpeza Urbana (SLU) e separados por cooperativas de catadores em galpões públicos. Os resíduos não recicláveis e orgânicos são destinados a aterro sanitário por meio de empresa especializada contratada.

Destaca-se a parceria com o Tribunal Superior do Trabalho (TST), onde a borra de café é enviada para compostagem. Por sua vez, o descarte de documentos faz parte do Programa de Gestão Documental do STJ, onde obedece procedimentos de descaracterização e encaminhamento para reciclagem.

A gestão eficiente de resíduos exige uma logística muito bem encadeada, a compreensão dos usuários sobre a importância do descarte adequado, a coleta eficiente pelas equipes de limpeza e a destinação correta conforme o tipo de material. Para isso, são essenciais a sensibilização constante dos usuários, o treinamento das equipes e a melhoria contínua dos processos.

Resíduos 1

Resíduos 2

Série Histórica

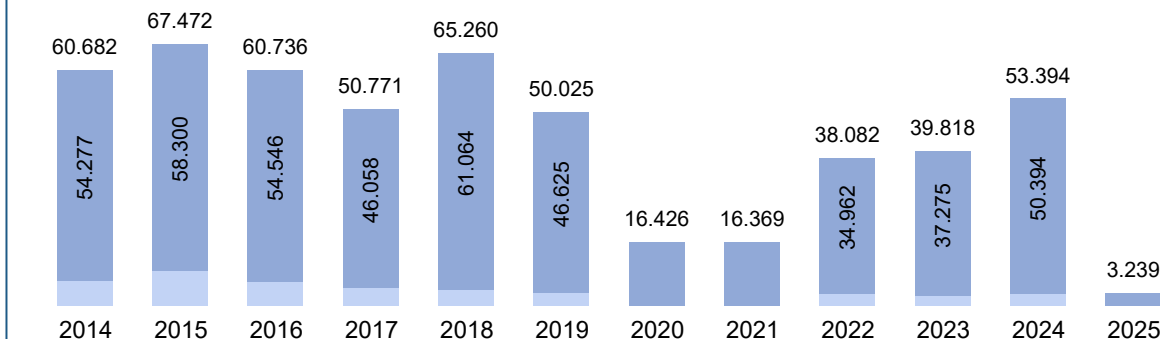
Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

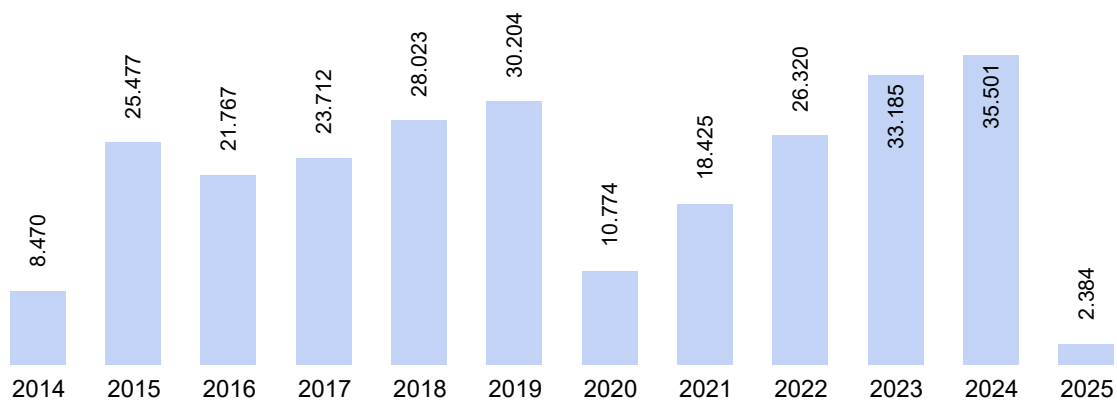


Resíduos Recicláveis e Descarte de Documentos em Kg

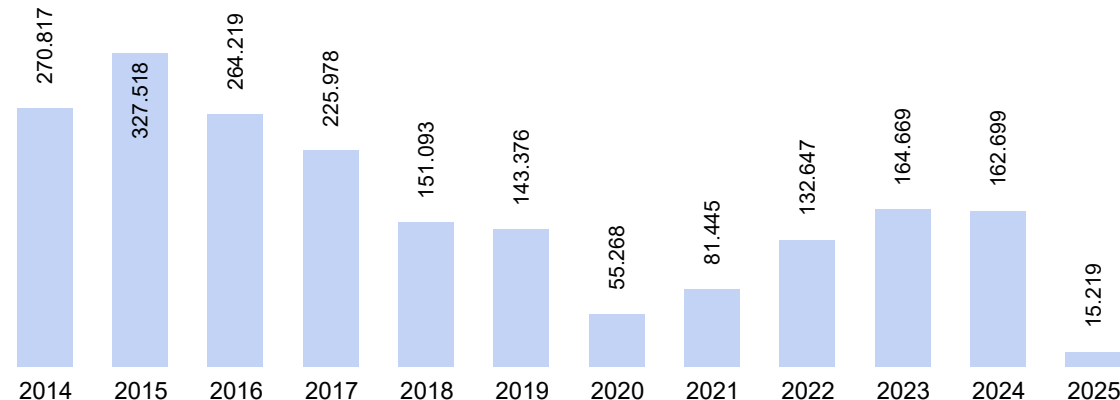
Documentos Recicláveis em geral



Borra de Café em Kg



Resíduos Orgânicos em Kg





GESTÃO DE RESÍDUOS

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2015 a 2025

O Tribunal possui parcerias com diversas instituições para destinação sustentável de resíduos diferenciados que são gerados internamente, tais como esponjas de cozinha e bitucas de cigarro.

Há coleta de resíduos entregues voluntariamente pelos usuários, como pilhas e baterias, cartões de PVC, óleo de cozinha usado e cápsulas de café e chá. Os resíduos eletroeletrônicos são encaminhados a ONG com projeto social de inclusão de jovens e adultos. Em 2022 o recolhimento desses resíduos foi centralizado em um coletor único chamado Ecoporto.

Devido a sua toxicidade, o descarte e o encaminhamento ambientalmente adequado de lâmpadas fluorescentes, resíduos de saúde, bitucas de cigarro e fitas magnéticas de backup, gerados pelo STJ, ocorre por meio de empresas especializadas contratadas.

No caso do *outsourcing* de impressão, o descarte de cartuchos e toners é de responsabilidade da empresa contratada pelo STJ que apresenta relatórios mensais com essas informações.

Resíduos 1

Resíduos 2

Série Histórica

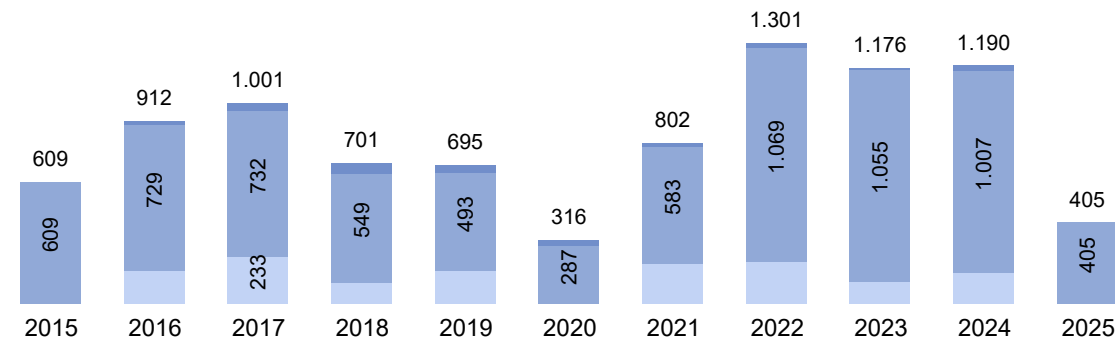
Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



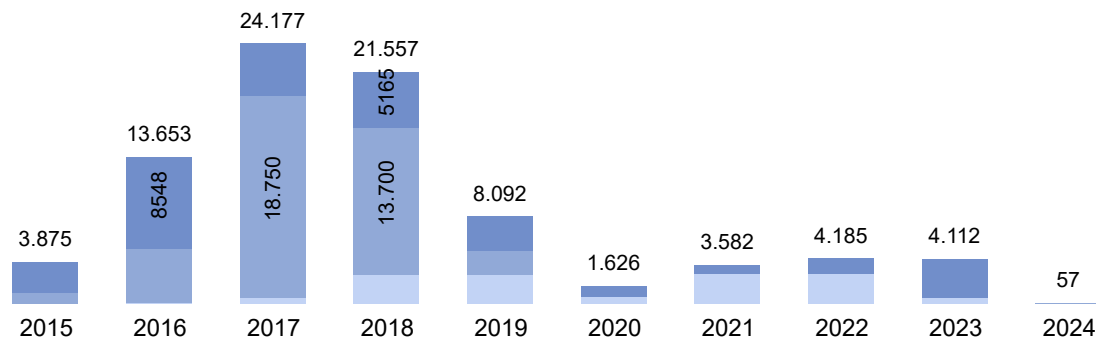
Resíduos de Saúde, Bitucas e Pilhas e Baterias em Kg

● Pilhas e baterias ● Saúde ● Bituca



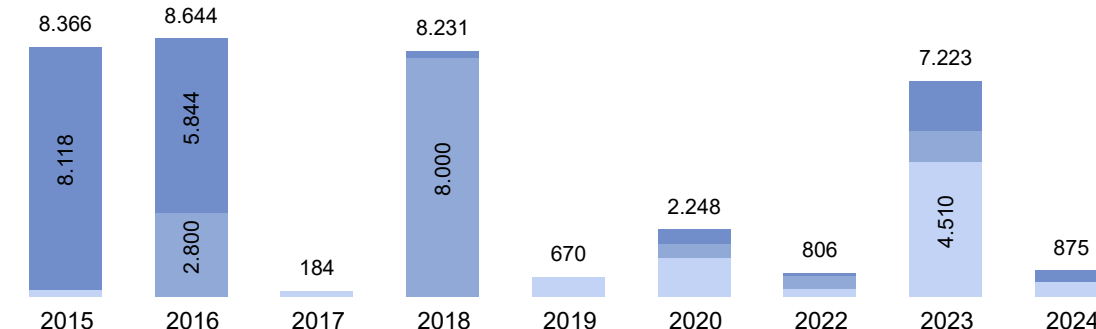
Espunjas, Lâmpadas fluorescentes e Cartões PVC em unidades

● Espunjas ● Lâmpadas ● Cartões



Resíduos Eletrônicos, Fitas Magnéticas de Backup, Cartuchos e Toners em Kg

● Eletrônicos ● Fitas de backup ● Cartuchos e toners





LIMPEZA

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2010 a 2025

Os contratos de terceirização de serviços são de grande vulto, com impactos financeiros relevantes às instituições. O acompanhamento dos gastos com os contratos de limpeza e respectivos materiais utilizados permite a identificação de melhorias na gestão e sua adequação a boas práticas.

Optou-se por monitorar os indicadores de custo com o contrato de limpeza e quantidade de postos. Contudo, a meta estipulada considera o custo por metro quadrado, seguindo o que dispõe a Resolução CNJ n. 400/2021.

No ciclo 2015 a 2020 a meta foi superada com uma redução de 19% no custo com o contrato de limpeza. Após análise da série histórica, adotou-se 2020 como linha de base e definiu-se como meta para o período de 2021 a 2026 a manutenção do custo com o contrato de limpeza por m².

Observou-se leve queda no custo do contrato de terceirização de serviços de limpeza entre 2021 e 2022, alcançando a meta do ano.

META: manutenção do custo por m² até 2026

Contrato

Materiais

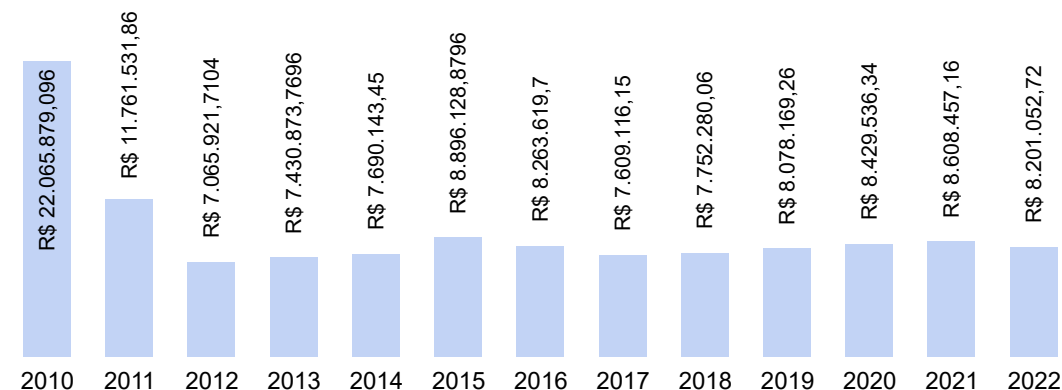
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



Custo em R\$



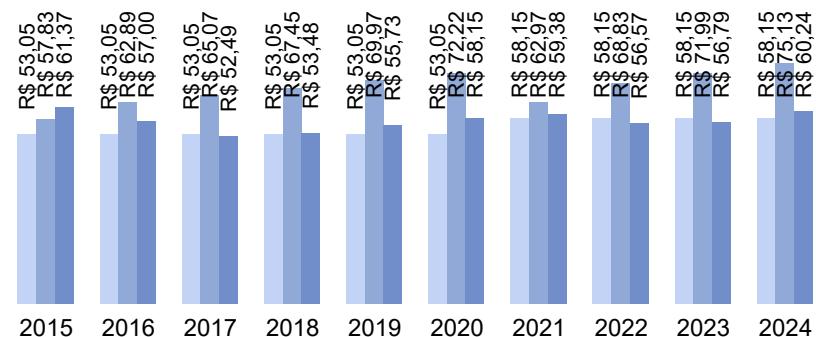
LINHA DE BASE

R\$ 53,05

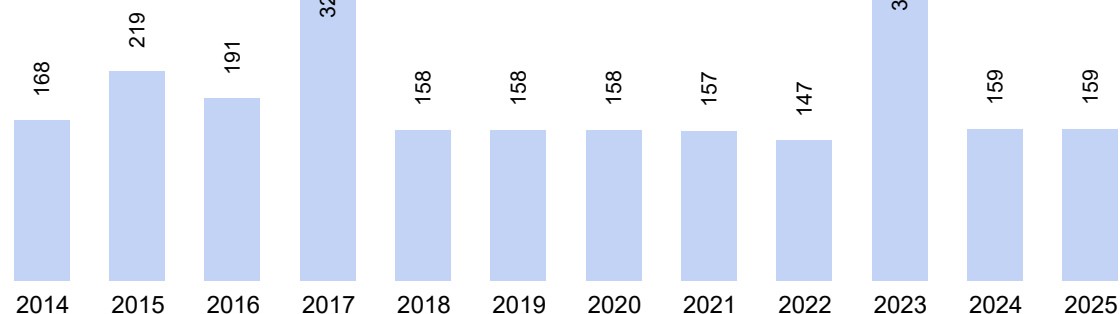
2014

META DE REDUÇÃO - Custo do contrato / m²

● Meta ● Meta atualizada (IPCA) ● Resultado



Quantidade de pessoas contratadas





MATERIAL DE LIMPEZA

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2002 a 2025

Entre 2015 e 2019 foi possível uma redução com os custos totais do conjunto de materiais de limpeza monitorados da ordem de 5%. Considerando também 2020 a redução chegou a 76.50%.

Desde 2020 um item que ganhou destaque no rol de material de limpeza foi o álcool. Em pontos diversos do tribunal como o hall dos elevadores, toaletes e na entrada das salas foram dispostos dispositivos para higienização com o produto, necessário para o combate à COVID-19.

No ciclo 2021 a 2026 foi ampliada a quantidade de itens de materiais de limpeza a serem monitorados, com identificação dos itens com maior impacto orçamentário.

Após análise da série histórica, adotou-se 2020 como linha de base e estipulou-se como meta a manutenção dos gastos com materiais de limpeza até 2026.

META: manutenção do custo com materiais de limpeza até 2026

Contrato

Materiais

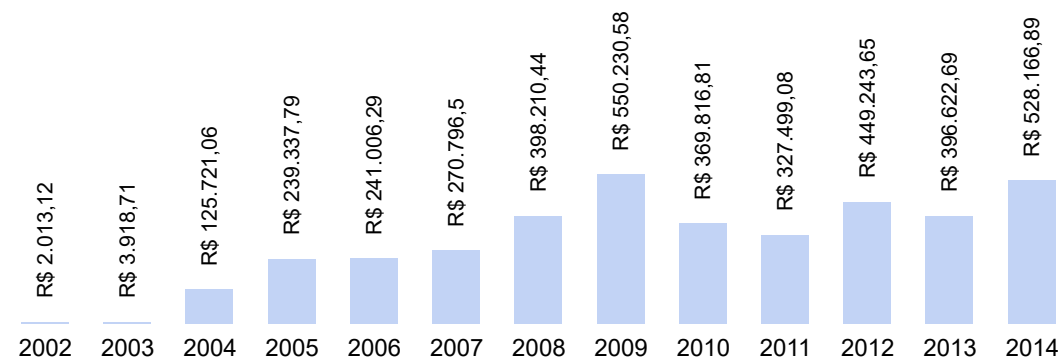
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



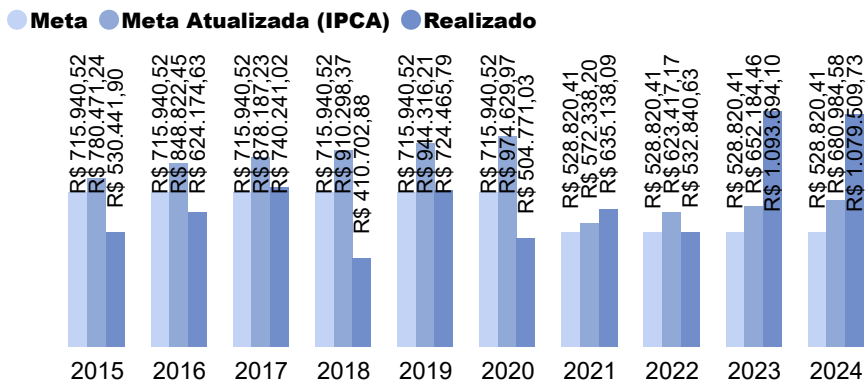
Custo em R\$



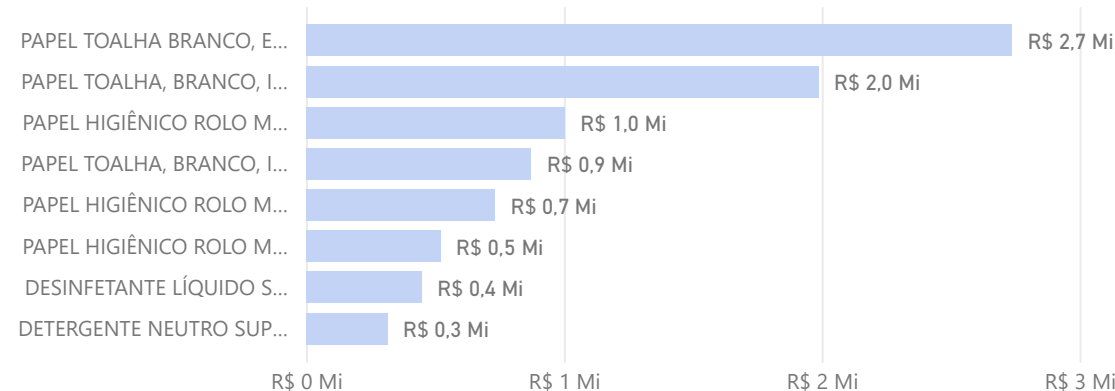
LINHA DE BASE



META DE REDUÇÃO - Custo com materiais de limpeza



Maiores custos





VEÍCULOS

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2010 a 2025

O transporte de veículos gera impactos ambientais como emissões de gases de efeito estufa na produção e uso, além da geração de resíduos como pneus e óleos lubrificantes. A gestão eficiente das rotas, chamados e manutenção é essencial para mitigar esses efeitos.

Em 2020, o STJ implementou o MOVA STJ, sistema de transporte por aplicativo. No entanto, desafios operacionais impediram que o aplicativo substituisse o uso da frota própria. Entre 2021 e 2023, a quilometragem rodada teve fortes aumentos e se estabilizou entre 2023 e 2024, com um aumento de 6%, aproximando-se do resultado de 2019.

A frota do Tribunal foi reduzida em 12% entre 2015 e 2024, sendo 1,3% entre 2023 e 2024. Apesar da meta de redução não ter sido atingida nos dois últimos anos, em 2025 o STJ receberá 20 veículos elétricos em comodato, sem custos, reduzindo gastos com manutenção e combustíveis, além de reforçar o compromisso com o Programa Justiça Carbono Zero.

META: redução de 15% na quantidade de veículos até 2026

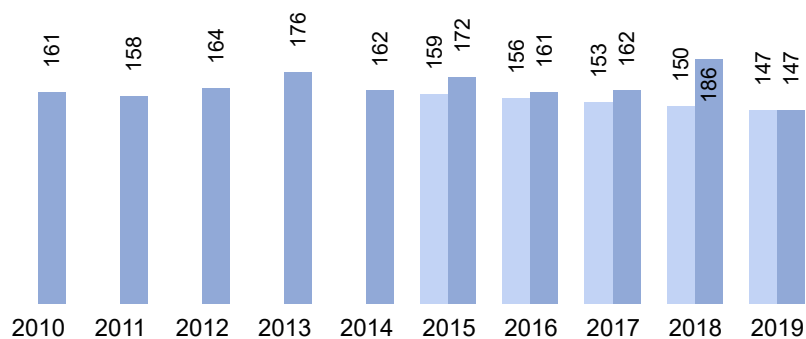
LINHA DE BASE



2014

META DE REDUÇÃO - Quantidade de veículos

● Meta ● Resultado



Combustível

Usuários

Contratos

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

Gasolina

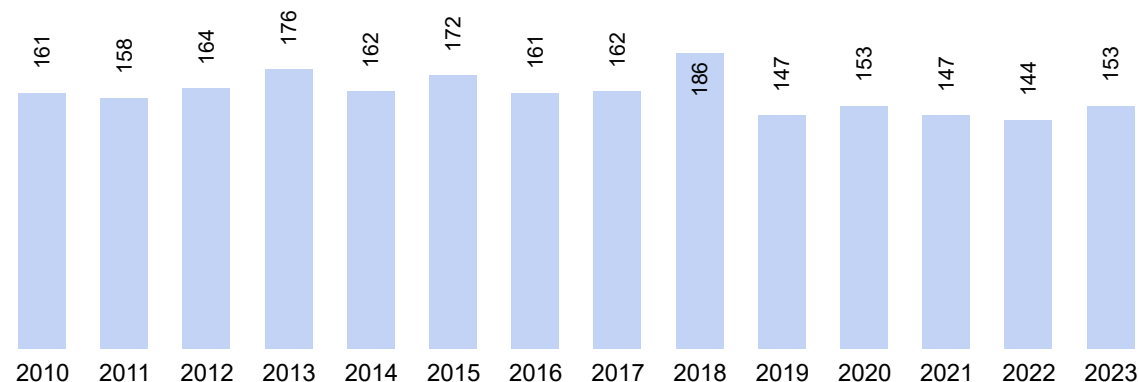
Etanol

Flex

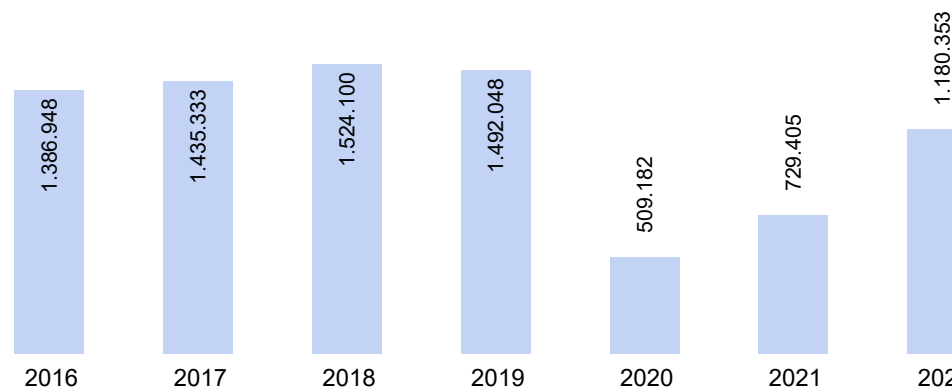
Diesel



Quantidade de veículos por tipo de combustível



Quilometragem





VEÍCULOS

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2010 a 2025

A gestão eficiente da frota de veículos também inclui manter somente a quantidade necessária de veículos para as atividades de rotina.

Nesse sentido, busca-se eliminar a ociosidade por meio do monitoramento da quantidade de usuários por veículo, ou seja, diminuindo-se a quantidade da frota para que se atinja mais usuários por veículo ao longo do tempo.

No primeiro ciclo do PLS-STJ, entre 2015 e 2020, houve aumento de apenas 4% na quantidade de usuários por veículo e as metas estipuladas não foram atingidas.

Para o ciclo 2021 a 2026 manteve-se a perspectiva de redução da frota e assim, estipulou-se uma meta de aumento para a quantidade de usuários por veículo do Tribunal.

Entre 2015 e 2024 houve um aumento de 19% nesse indicador, que se manteve estável entre 2023 e 2024. A meta foi atingida em 2021 e 2022, o que não ocorreu em 2023 e 2024.

META: aumento de 17% em usuários por veículo até 2026

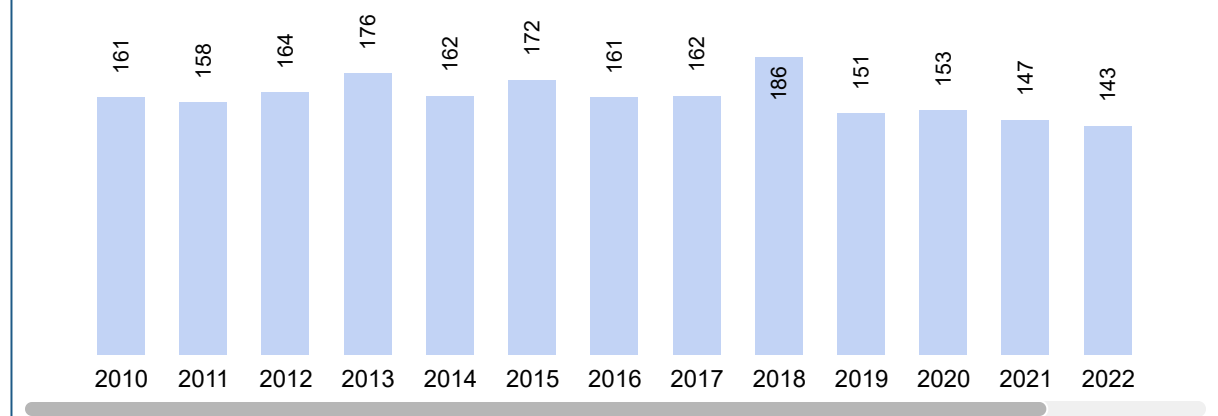
Combustível Usuários Contratos

Série Histórica Ciclo 2021 2026 Limpar Filtros

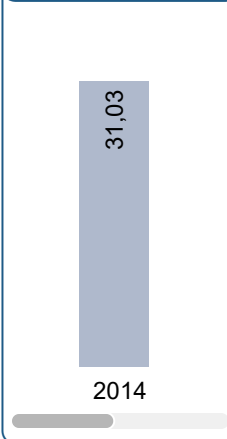
Serviço Magistrados



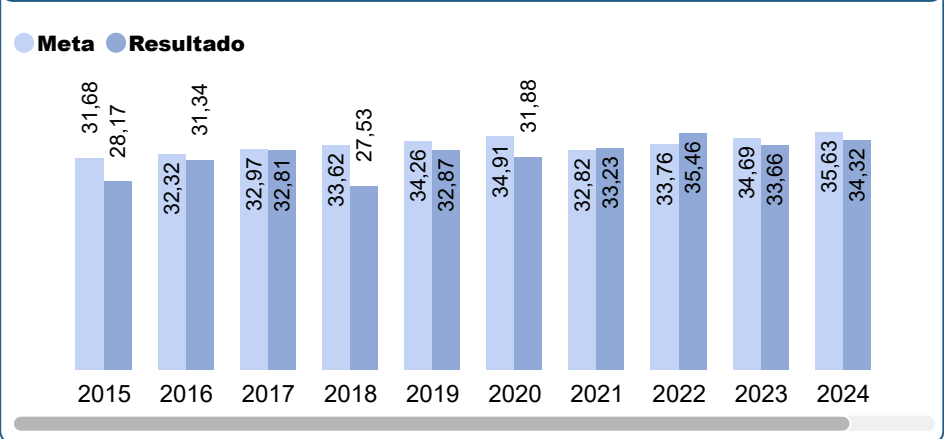
Quantidade de veículos por tipo de uso



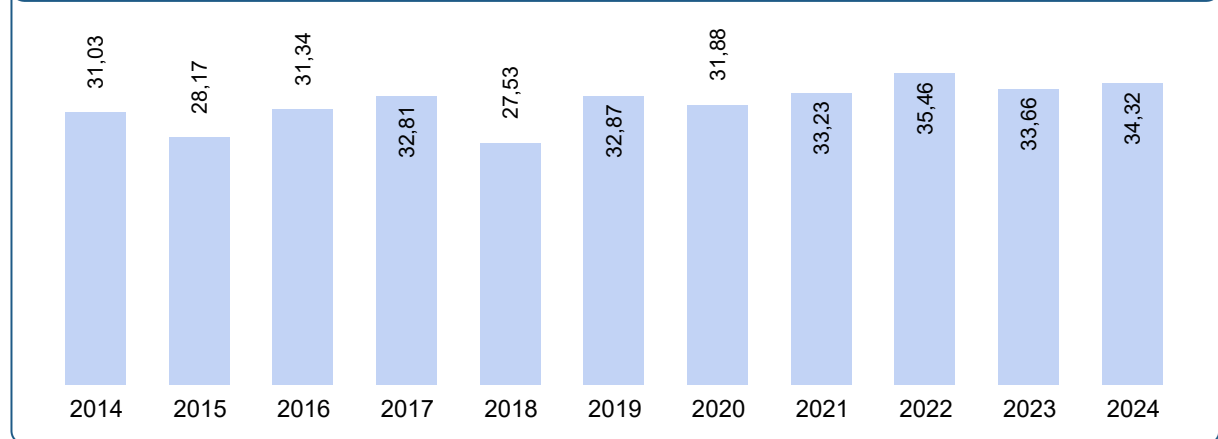
LINHA DE BASE



META DE REDUÇÃO - Quantidade de usuários por veículo



Quantidade de usuário por veículo





VEÍCULOS

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2010 a 2025

Os custos com veículos incluem contratos de manutenção, motoristas e agenciamento, abrangendo despesas como peças, pneus, lubrificantes e seguro. Em 2020, a terceirização da frota por meio do sistema Mova STJ reduziu custos com manutenção e motoristas, mas o contrato de condução para atendimentos urgentes foi retomado em 2021 e reduziu o uso do sistema.

Entre 2015 e 2024, os custos com manutenção por veículo aumentaram 49%, com um aumento de 29% entre 2023 e 2024, superando em 10% os níveis de 2019, o que indica manutenções mais frequentes devido ao envelhecimento da frota. No contrato de motoristas, houve redução de 46% no custo por veículo entre 2015 e 2024, com aumento de 10% entre 2023 e 2024, ainda 51% abaixo de 2019.

Apesar de os custos globais estarem abaixo dos registrados entre 2015 e 2020, as metas de 2021 a 2026 não têm sido atingidas, indicando a necessidade de revisão das metas, que têm como base o ano de 2020.

META 1: redução de 10% no custo de manutenção por veículo até 2026

META 2: redução de 5,88% no custo de motorista por veículo até 2026

Combustível

Usuários

Contratos

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

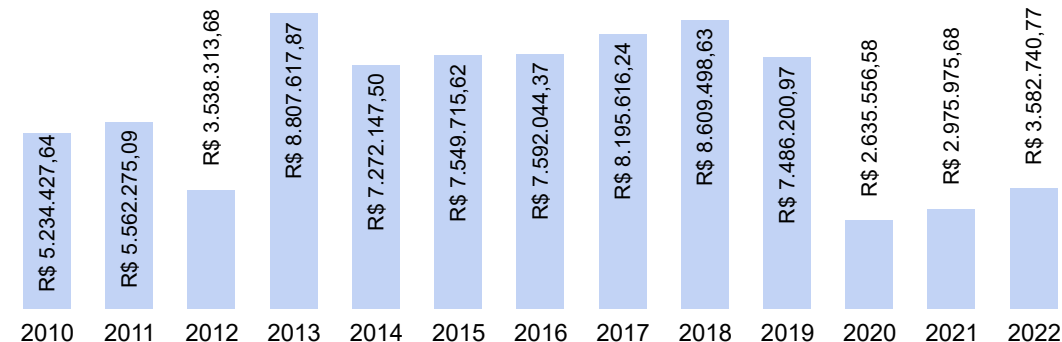
Manutenção

Motoristas

Agenciamento



Custos com contratos de veículos



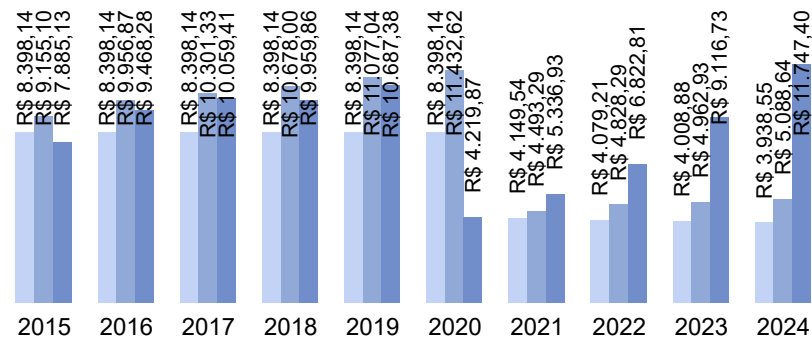
LINHA DE BASE



2014

META DE REDUÇÃO - Custo de manutenção por veículo

● Meta ● Meta atualizada (IPCA) ● Resultado



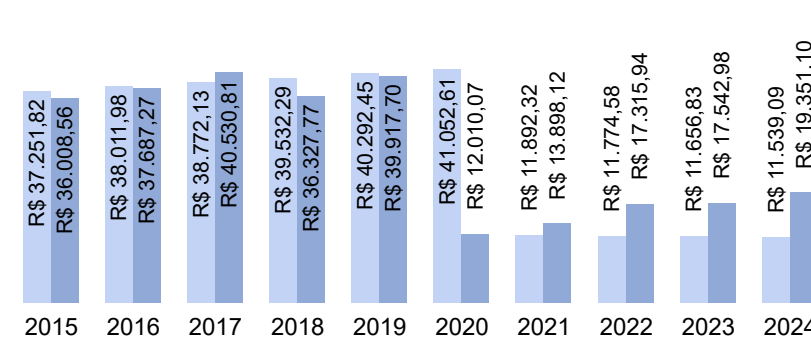
LINHA DE BASE



2014

Custo de motorista por veículo

● Meta ● Resultado





COMBUSTÍVEIS

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2016 a 2025

Os combustíveis fósseis têm forte impacto ambiental, emitindo gases de efeito estufa e poluentes. Embora muito menos impactante, o etanol também gera emissões em seu cultivo e transporte.

Em 2020, terceirizar a frota por meio do Mova STJ buscou a redução de manutenção e combustíveis, mas apresentou desafios operacionais que tem diminuído seu uso ao longo dos anos e ampliando o uso da frota própria do Tribunal.

Foi definida uma meta de redução de 15% no consumo de etanol e gasolina e no número de veículos até 2026, o que resultou na manutenção do consumo por veículo. Contudo, desde 2022 as metas não têm sido atendidas.

O consumo de gasolina entre 2016 e 2024 cresceu 57%, enquanto o de etanol caiu 97%. Entre 2023 e 2024, o consumo de gasolina se manteve e o de etanol caiu 37%, o que demonstra a necessidade de revisão da operação priorizando o abastecimento com etanol como ação de descarbonização do STJ.

META: manutenção do consumo de gasolina e etanol por veículo até 2026

Gasolina/Etanol

Diesel

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

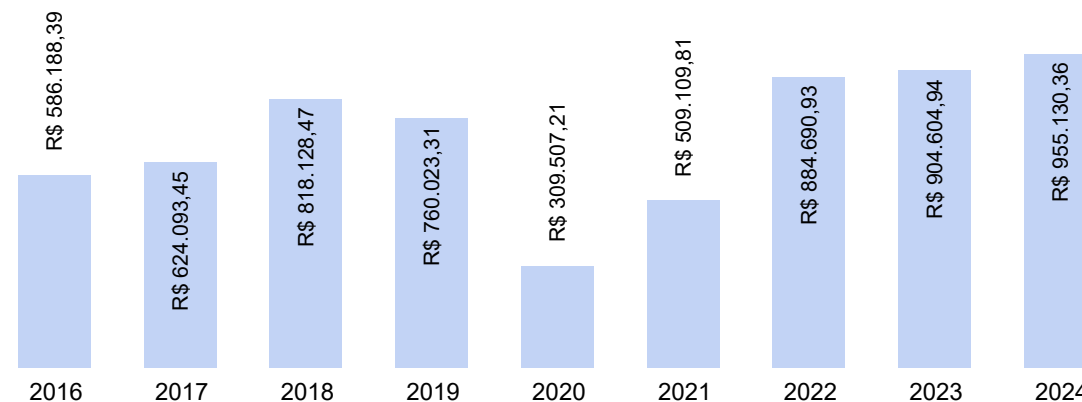
Gas. Comum

Gas. Aditiv.

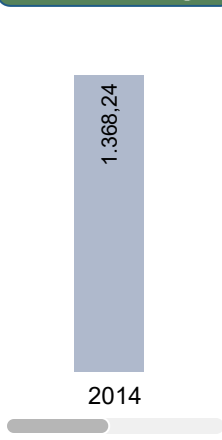
Etanol



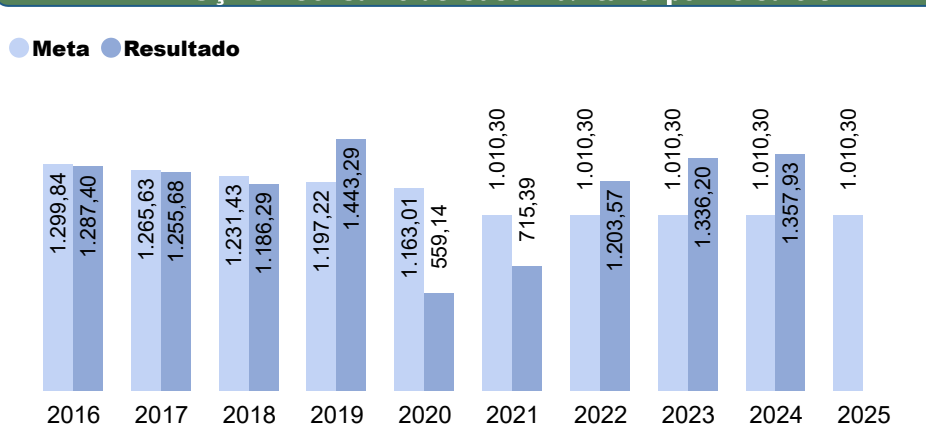
Custo em R\$



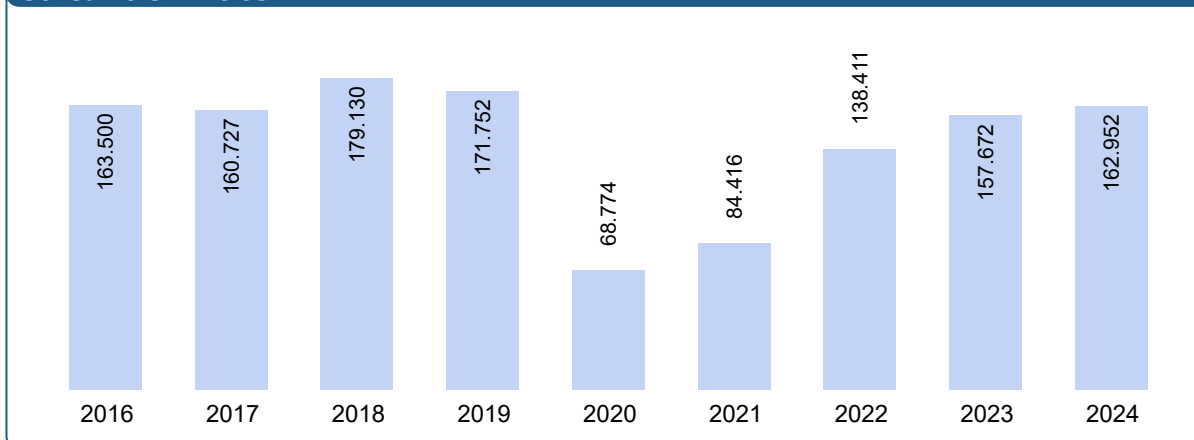
LINHA DE BASE



META DE REDUÇÃO - Consumo de Gasolina/Etanol por veículo em L



Consumo em Litros





COMBUSTÍVEIS

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2016 a 2025

O diesel é usado em veículos de carga e transporte coletivo no STJ e seu consumo caiu 40% entre 2015 e 2024 devido à redução do atendimento do transporte coletivo do Tribunal. Com a retomada do trabalho presencial, esse consumo tem aumentado, com um pico de 60% entre 2022 e 2023.

Com base nos resultados de 2015 a 2020, definiu-se uma meta de 15% de redução no diesel por veículo até 2026. As metas vêm sendo alcançadas desde 2021, mas entre 2023 e 2024 houve aumento de 20% no consumo, superando em 0,84% a meta de 2024.

Entre 2016 e 2024 o uso de combustíveis fósseis aumentou 17%, enquanto o uso de etanol caiu 96%. De 2023 a 2024 o uso de combustíveis fósseis aumentou 4% e de etanol reduziu 37%. A descarbonização do tema combustíveis requer reduzir e eletrificar parte da frota, otimizar a gestão de chamados e rever o sistema Mova STJ.

META: redução de 15% no consumo de diesel por veículo até 2026

Gasolina/Etanol

Diesel

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

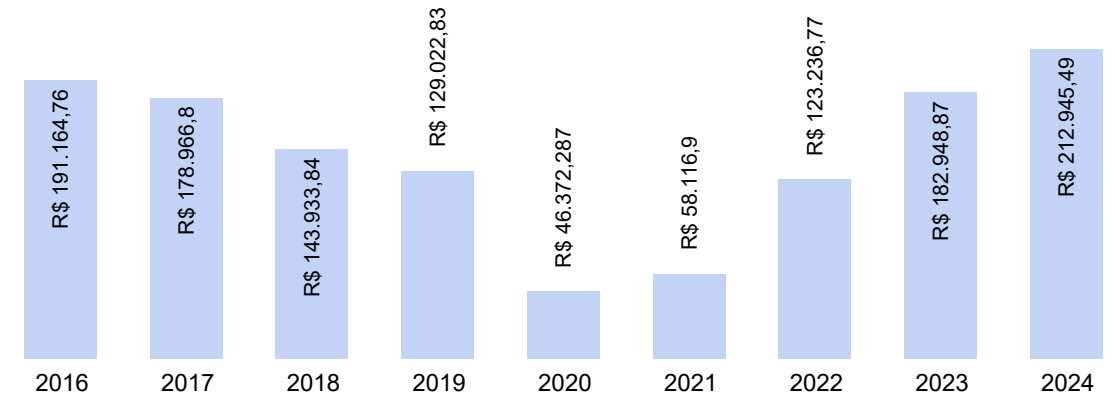
Comum

S-10

S-50



Custo em R\$

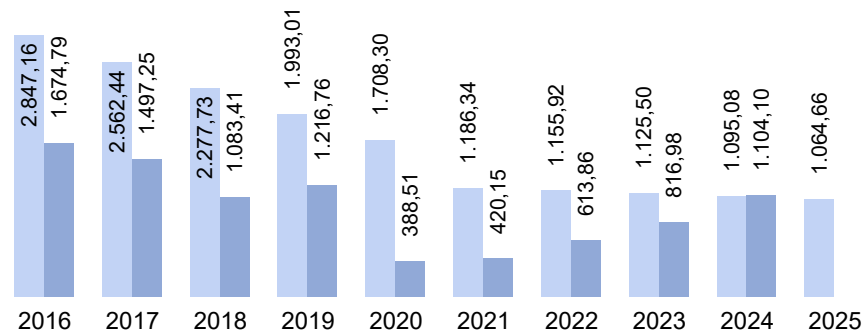


LINHA DE BASE

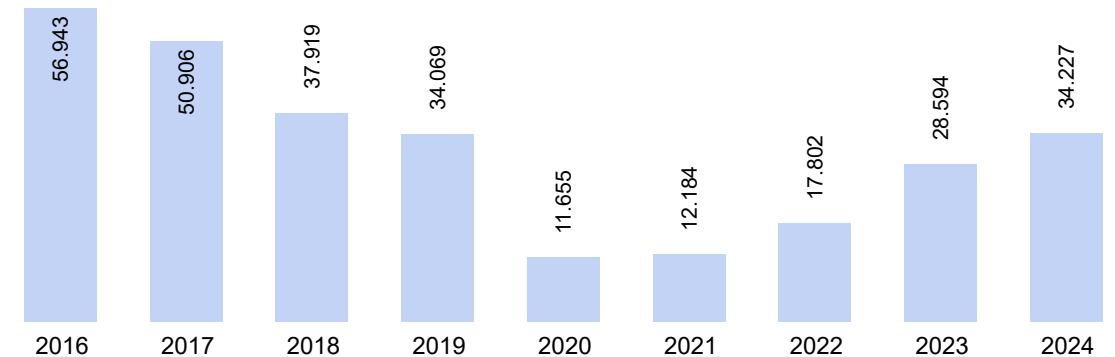


META DE REDUÇÃO - Consumo de Diesel por veículo em L

● Meta ● Resultado



Consumo em Litros





VIGILÂNCIA ELETRÔNICA

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2021 a 2025

A vigilância eletrônica no STJ envolve a gestão e manutenção de tecnologias como raios X, detectores de metais, controles de acesso e circuito fechado de TV. O complexo do Tribunal é acessado por meio de catracas com leitura eletrônica de crachás, complementadas por monitoramento por câmeras. As portarias dos prédios contam com detectores de metais e equipamentos de raios X. Esta infraestrutura, aliada ao serviço de vigilância pessoal, forma o Plano de Segurança do STJ.

Com base na análise da série histórica e tendências, foi estipulada uma meta de aumento máximo de 10% nos contratos de vigilância eletrônica até 2026.

Entre 2021 e 2024, os custos aumentaram 29%, sendo 9% entre 2023 e 2024. Desde 2021, os resultados excedem as metas ligeiramente, como em 2024 onde o objetivo foi ultrapassado em 4%. É importante que as tecnologias adotadas apresentem a melhor relação possível de consumo de energia, de maneira a contribuir para a descarbonização do STJ.

META: aumento de até 10% nos valores contratados até 2026

Eletrônica

Pessoal

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

Raio X

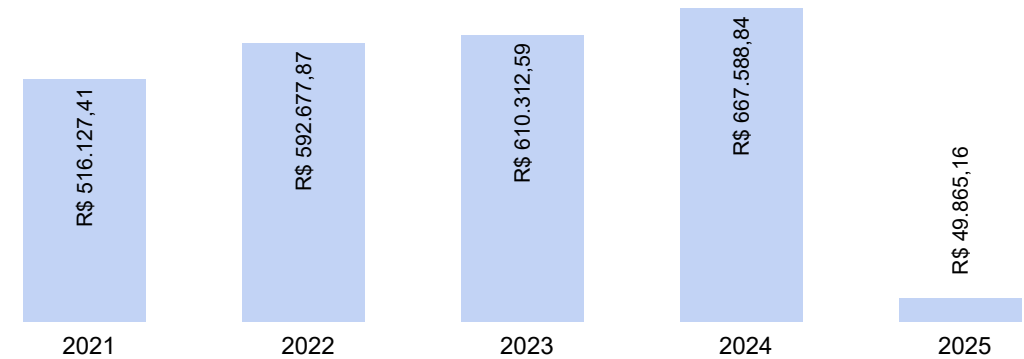
Pórticos

Acessos

CFTV



Custo em R\$

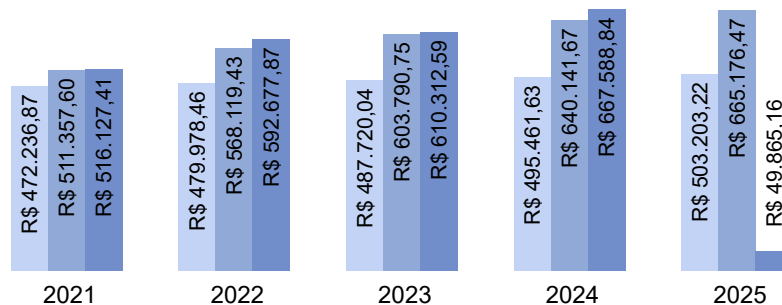


LINHA DE BASE

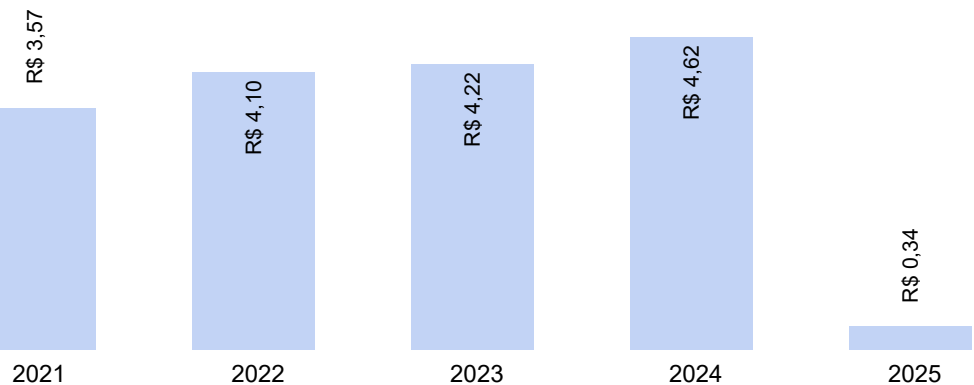


META DE REDUÇÃO - Custo em R\$

● Meta ● Meta atualizada (IPCA) ● Resultado



Custo em R\$ por m²





VIGILÂNCIA PESSOAL

Grupo Executivo Mobilidade e Segurança

Período selecionado
2010 a 2025

Os contratos de vigilância representam um dos maiores custos de terceirização no Judiciário, exigindo monitoramento e avaliação da necessidade, dos tipos de postos e de alternativas tecnológicas.

A Resolução CNJ n. 400/2021 considera vigilância armada e desarmada, mas o STJ desde 2013 contrata Vigilância Patrimonial comum e Segurança Pessoal Privada (SPP), mais cara devido à especialização necessária e que se ajusta às mudanças no quadro de magistrados.

Estimou-se que entre 2021 e 2026 haverá aumento na quantidade de postos do tipo SPP, o que resultou em uma meta de aumento de 1% no custo por pessoa contratada até 2026.

Entre 2015 e 2024 houve queda de 40% no número de pessoas contratadas, que se manteve estável entre 2023 e 2024. Por outro lado, houve um aumento de 83% nos custos dos contratos de 2015 a 2024 e de 5% entre 2023 e 2024. Ainda assim, as metas estipuladas têm sido respeitadas anualmente.

META: aumento de até 1% no custo por pessoa contratada até 2026.

Eletrônica

Pessoal

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

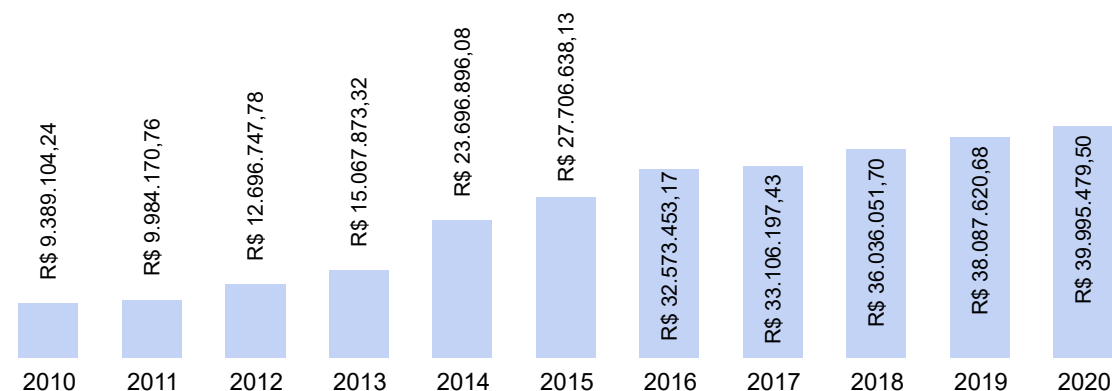
Limpar Filtros

Armada

Desarmada



Custo em R\$

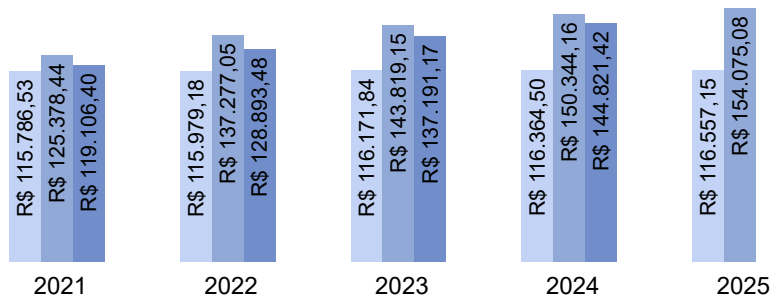


LINHA DE BASE



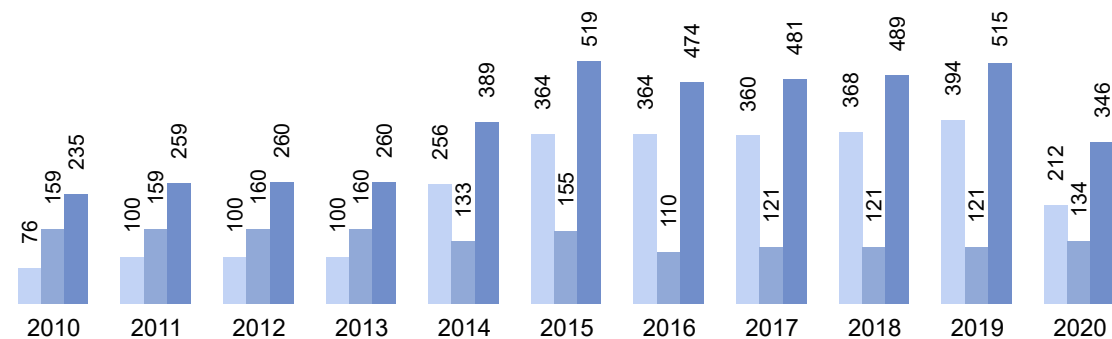
META DE REDUÇÃO - Custo por pessoa contratada em R\$

● Meta ● Meta Atualizada (IPCA) ● Resultado



Quantidade de pessoas contratadas

● Armado ● Desarmado ● Total





AQUISIÇÕES E CONTRATAÇÕES

Grupo Executivo Apoio Administrativo

Período selecionado
2018 a 2025

Desde 2010, o STJ analisa critérios de sustentabilidade em aquisições e contratações, o que se tornou obrigatório a partir de 2018 por meio de normativos internos.

A análise verifica o alinhamento com a estratégia, o PLS e planos setoriais, a necessidade e dimensionamento da demanda, a solução mais vantajosa considerando o ciclo de vida, critérios de sustentabilidade, utilização adequada, fiscalização do contrato e descarte dos resíduos, além da igualdade, diversidade e inclusão nos contratos de terceirização. Em 2020, o Planejamento das Contratações e Aquisições (PCAq) e os modelos de termos de referência foram ajustados para alinhamento com as metas do PLS-STJ.

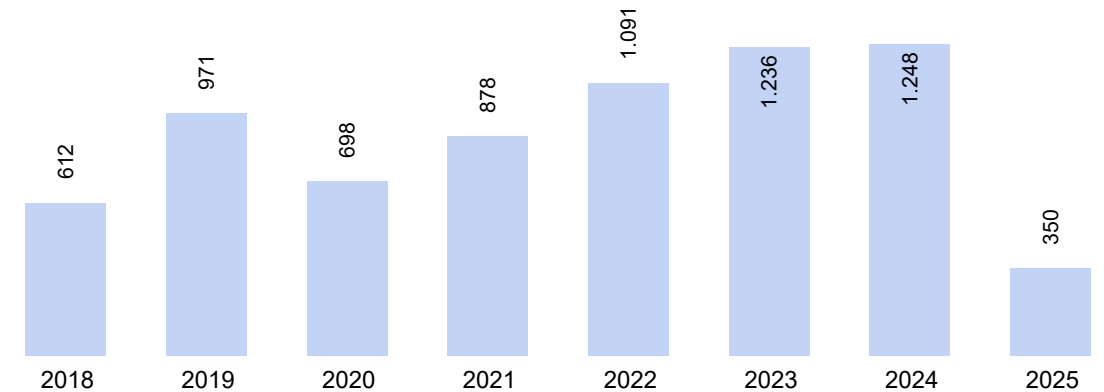
A Resolução CNJ n. 400/2021 propôs o monitoramento do percentual de processos analisados Pela Assessoria de Gestão Sustentável (AGS) sobre o total, onde excluem-se os referentes à capacitação e aquisição de softwares e sistemas de TIC.

Desde 2018 o STJ alcança um resultado ótimo em relação aos processos de licitações e contratações e as flutuações referem-se às variações na quantidade dos processos que não são analisados pela AGS.

Série Histórica
Ciclo 2021 2026
Limpar Filtros

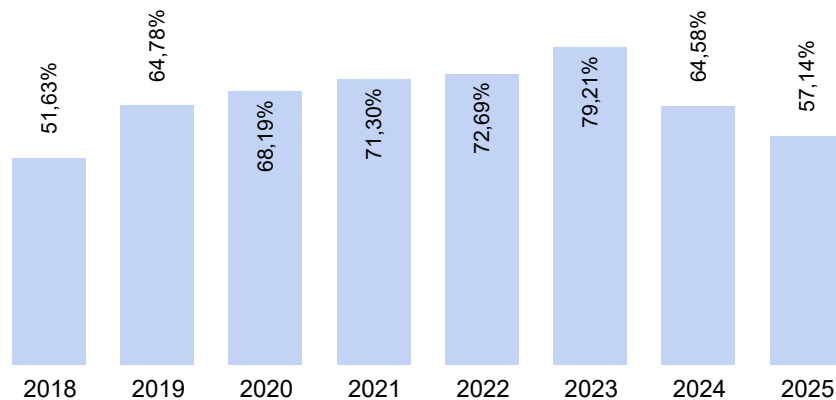


Aquisições e Contratações totais realizadas

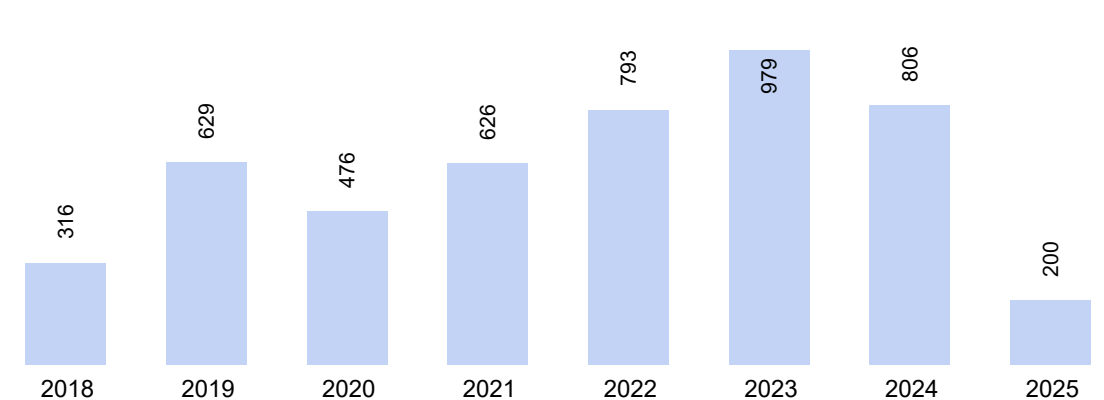


LINHA DE BASE

META DE AUMENTO - Aquisições e Contratações sustentáveis em %



Aquisições e Contratações sustentáveis realizadas





CAPACITAÇÃO EM SUSTENTABILIDADE

Grupo Executivo Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

Período selecionado
2014 a 2025

O Centro de Formação e Gestão Judiciária do STJ (CEFJ) realiza as ações de capacitação do Plano de Capacitação Anual (PAC), a partir das demandas das unidades, por meio de cursos presenciais e EaD, palestras, rodas de conversa, seminários e outros eventos.

As ações de sensibilização relacionam-se a ações da Assessoria de Gestão Sustentável (AGS) junto a outras unidades do Tribunal, por meio de palestras e reuniões de alinhamento sobre temas relacionados ao ODS 12 - consumo e produção responsáveis e outros ODS da Agenda 2030.

Após análise da série histórica, estipulou-se um aumento de 10% nas participações, o que equivale a um aumento de cerca de 1 ponto percentual das participações relativas até 2026.

Entre 2015 e 2024 a quantidade total de ações promovidas se manteve e a quantidade de participações teve redução de 11%, contudo as metas foram atingidas em 2021 e 2022, com leve queda em 2023 e 2024.

META: aumento de 1 p.p. nas participações relativas até 2026.

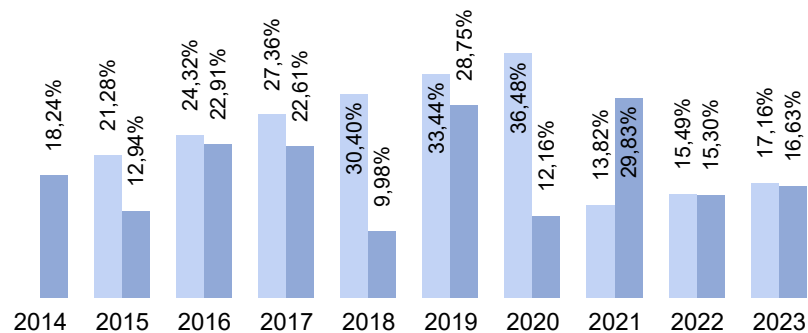
LINHA DE BASE



2014

META DE AUMENTO - Quantidade de participações em %

● Meta ● Resultado



Capacitação

Sensibilização

Série Histórica

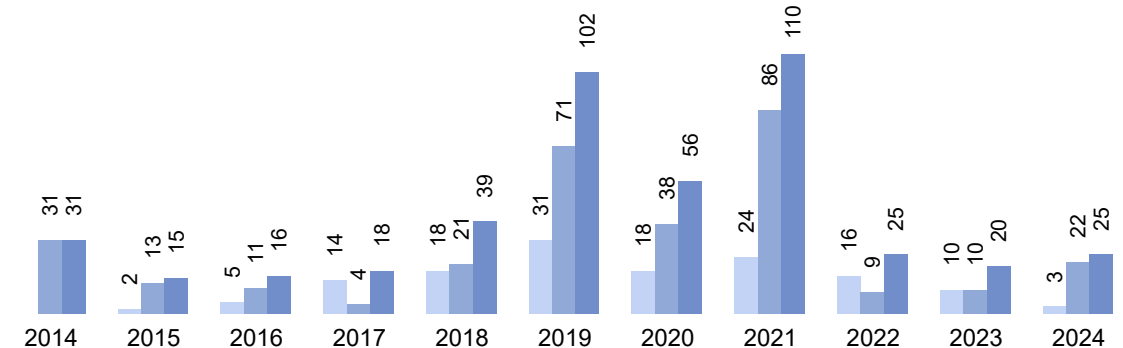
Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



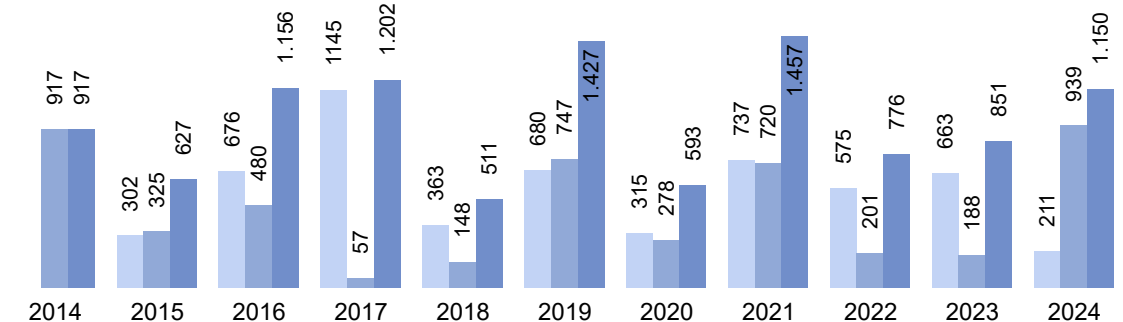
Quantidade de ações

● Capacitação ● Sensibilização ● Total



Quantidade de participações

● Capacitação ● Sensibilização ● Total





QUALIDADE DE VIDA

Período selecionado
2015 a 2025

Grupo Executivo Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

A Qualidade de Vida no ambiente de trabalho trata da promoção do bem-estar, motivação e engajamento do corpo funcional. No STJ grande parte dessas iniciativas são promovidas pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, por vezes em parceria com o Centro de Formação e Gestão Judiciária e a Assessoria de Cerimonial e Eventos. Tratam da promoção de atividades físicas, sensibilização sobre assuntos que extrapolam a rotina laboral do servidor como voluntariado, espiritualidade, autocuidado e outros temas. Também fazem parte ações promovidas pela Assessoria de Gestão Sustentável (AGS) como a criação de um bicicletário e vestiário para ciclistas, além da promoção semanal da Feira do Pequeno Produtor (FPP) com produtos que incentivam o consumo consciente e a valorização dos produtores locais.

Após análise da série histórica, estipulou-se um aumento de 10% nas participações, o que equivale a um aumento de cerca de 4 pontos percentuais das participações relativas até 2026. No período 2015 a 2024 houve uma redução de 10% na quantidade de participações em ações de QVT. Entre 2023 e 2024 a redução foi de cerca de 6%.

META: aumento de 4 p.p. nas participações relativas até 2026.

QV no Trabalho

Ações Solidárias

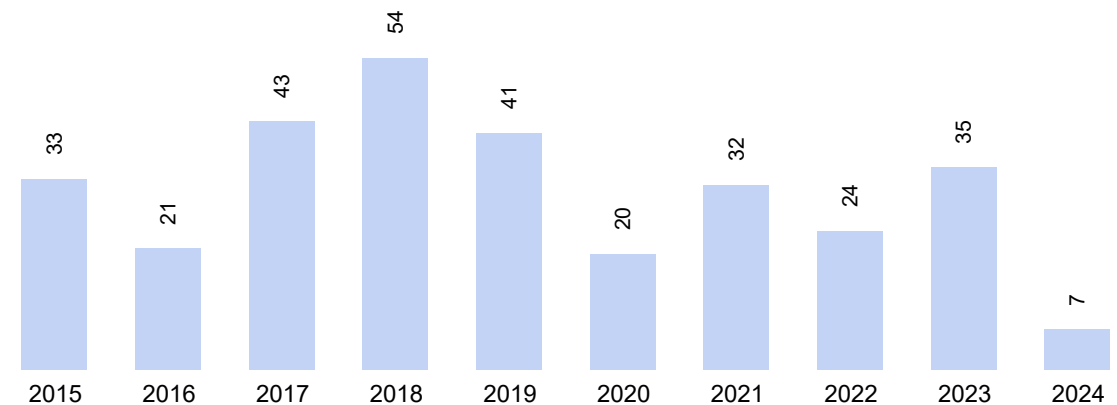
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



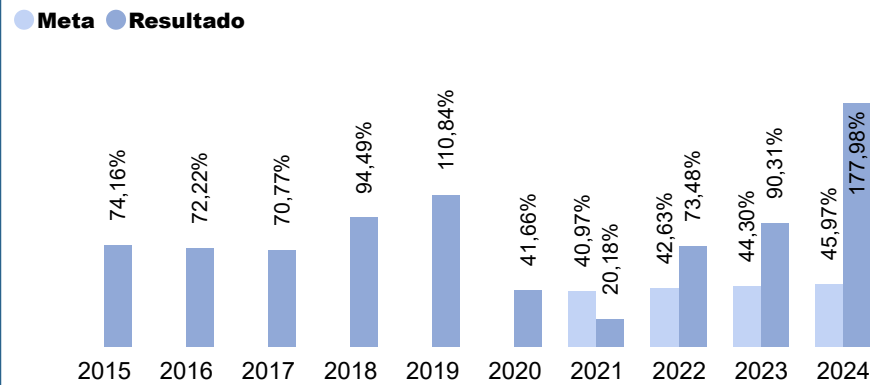
Quantidade de ações



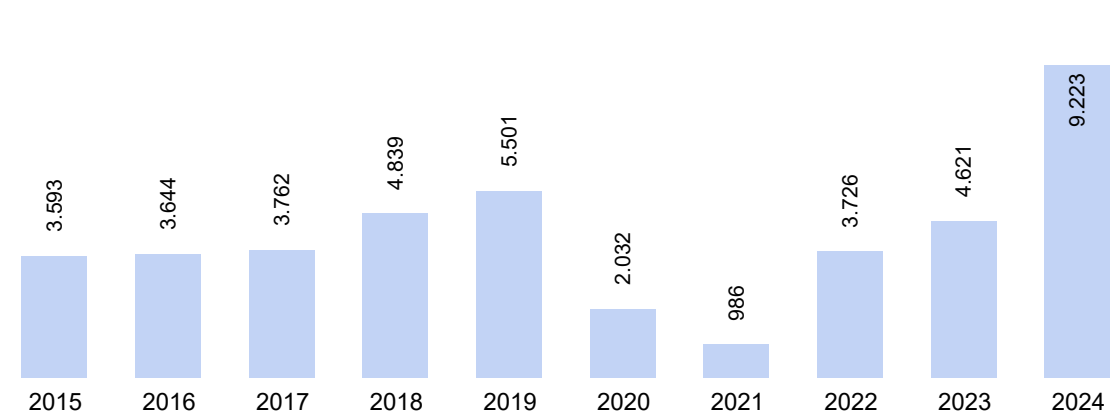
LINHA DE BASE



META DE AUMENTO - Participações em QV no Trabalho em %



Quantidade de participações





QUALIDADE DE VIDA

Período selecionado
2014 a 2025

Grupo Executivo Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

No tema Qualidade de Vida também são registradas participações do corpo funcional como voluntários nas ações solidárias como as que promovem o envolvimento com questões humanitárias, campanhas de doações, visitas a entidades beneficentes e capacitação de colaboradores terceirizados.

No STJ, as participações mais relevantes nesse sentido dizem respeito às visitas de crianças, estudantes universitários e idosos às instalações do Tribunal, bem como aos projetos desenvolvidos pela Assessoria de Gestão Sustentável (AGS) por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Pré-EJA, Inclusão Digital, Secretariado, Libras e palestras do STJ+ Inclusão, todos desenvolvidos para colaboradores terceirizados com participação de servidores que atuam como monitores voluntários.

Estipulou-se como meta a manutenção das participações relativas até 2023. Entre 2015 e 2024 houve aumento de mais de 100% nas participações, com uma leve redução entre 2023 e 2024. As metas têm sido superadas desde 2021. Esses bons resultados indicam uma melhor estruturação dessas iniciativas ao longo do tempo.

META: manter as participações relativas até 2026

QV no Trabalho

Ações Solidárias

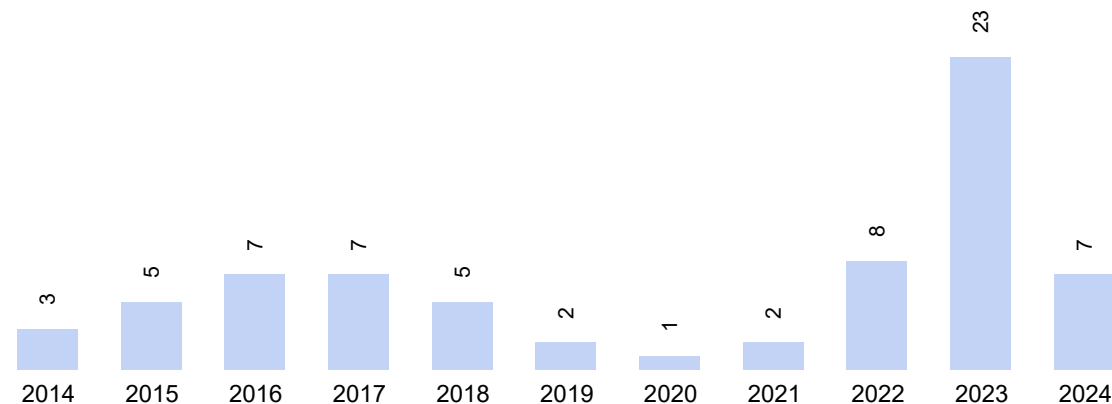
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



Quantidade de ações



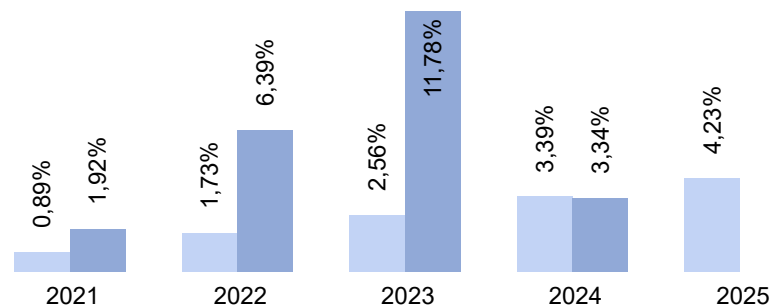
LINHA DE BASE



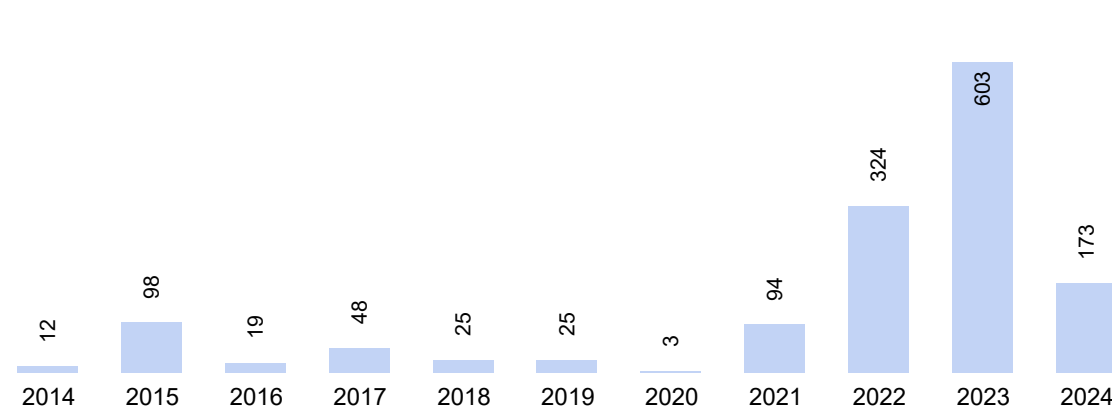
2020

META DE AUMENTO - Participações em Ações Solidárias em %

● Meta ● Resultado



Quantidade de participações





DIVERSIDADE E EQUIDADE

Período selecionado
2002 a 2025

Grupo Executivo Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem demonstrado um compromisso ativo com a promoção da diversidade e equidade. A Resolução CNJ nº 400/2021, aprimorada pela Resolução CNJ nº 550/2024, incorporou o tema de Diversidade e Equidade ao Plano de Logística Sustentável (PLS) visando a fomentar políticas afirmativas que respeitem a diversidade e promovam um ambiente de trabalho justo e igualitário, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 10.

Em 2021, o STJ lançou o programa “Humaniza STJ”, instituído para promover e proteger os direitos humanos em suas diversas dimensões no STJ em alinhamento ao Calendário de Direitos Humanos do CNJ, estabelecido pela Portaria CNJ n. 284/2020. O Humaniza desde então tem promovido ações de sensibilização interna e hoje é gerido por um Comitê Gestor composto por comissões dedicadas à Igualdade de Gênero, Igualdade Racial e Primeira Infância.

O STJ também desempenha um papel significativo como membro fundador e ativo da Rede Equidade, uma iniciativa coordenada pelo Senado Federal e à qual aderiu em 2022. Trata-se de um coletivo de colaboração interinstitucional destinada a promover a inclusão e diversidade na gestão pública, focando particularmente em questões de gênero e raça, composta atualmente por 32 instituições públicas.

Ainda em 2022 o STJ criou o Projeto Transformação que definia cotas em contratos de terceirização para mulheres vítimas de violência. A iniciativa inspirou a publicação da Resolução CNJ nº 497/2023, focando na alocação de vagas de contratos terceirizados para mulheres em diversas situações de vulnerabilidade abrangendo outras mulheres como quilombolas, indígenas e refugiadas.

No que tange à inclusão de pessoas com deficiência, o STJ adota uma abordagem integral na promoção de acessibilidade, tanto em ambientes físicos quanto virtuais. Estas medidas asseguram que todos, incluindo servidores, estagiários e terceirizados, encontrem espaço igualitário dentro da instituição.

Letramento

Colegiados

Terceirização

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



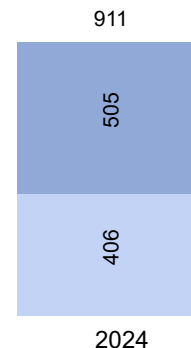
Quantidade de ações

● Sensibilização ● Capacitação



Quantidade de participações

● Capacitação ● Sensibilização





DIVERSIDADE E EQUIDADE

Período selecionado
2002 a 2025

Grupo Executivo Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem demonstrado um compromisso ativo com a promoção da diversidade e equidade. A Resolução CNJ nº 400/2021, aprimorada pela Resolução CNJ nº 550/2024, incorporou o tema de Diversidade e Equidade ao Plano de Logística Sustentável (PLS) visando a fomentar políticas afirmativas que respeitem a diversidade e promovam um ambiente de trabalho justo e igualitário, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 10.

Em 2021, o STJ lançou o programa “Humaniza STJ”, instituído para promover e proteger os direitos humanos em suas diversas dimensões no STJ em alinhamento ao Calendário de Direitos Humanos do CNJ, estabelecido pela Portaria CNJ n. 284/2020. O Humaniza desde então tem promovido ações de sensibilização interna e hoje é gerido por um Comitê Gestor composto por comissões dedicadas à Igualdade de Gênero, Igualdade Racial e Primeira Infância.

O STJ também desempenha um papel significativo como membro fundador e ativo da Rede Equidade, uma iniciativa coordenada pelo Senado Federal e à qual aderiu em 2022. Trata-se de um coletivo de colaboração interinstitucional destinada a promover a inclusão e diversidade na gestão pública, focando particularmente em questões de gênero e raça, composta atualmente por 32 instituições públicas.

Ainda em 2022 o STJ criou o Projeto Transformação que definia cotas em contratos de terceirização para mulheres vítimas de violência. A iniciativa inspirou a publicação da Resolução CNJ nº 497/2023, focando na alocação de vagas de contratos terceirizados para mulheres em diversas situações de vulnerabilidade abrangendo outras mulheres como quilombolas, indígenas e refugiadas.

No que tange à inclusão de pessoas com deficiência, o STJ adota uma abordagem integral na promoção de acessibilidade, tanto em ambientes físicos quanto virtuais. Estas medidas asseguram que todos, incluindo servidores, estagiários e terceirizados, encontrem espaço igualitário dentro da instituição.

Letramento

Colegiados

Terceirização

Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros

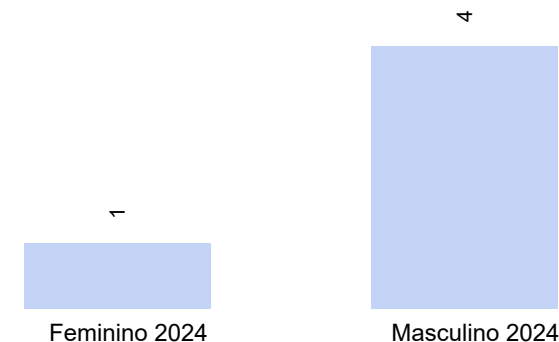
Masculino

Feminino



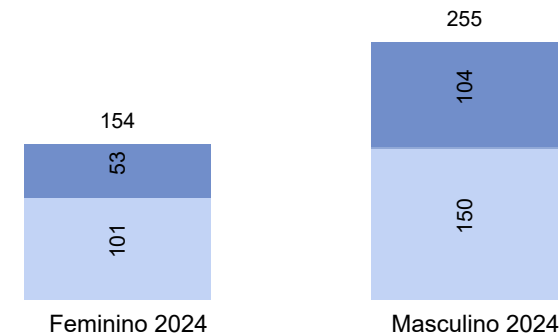
Magistratura

● Branco



Servidores (as)

● Branco ● Indígena ● Negro





DIVERSIDADE E EQUIDADE

Período selecionado
2002 a 2025

Grupo Executivo Qualidade de Vida, Capacitação e Cidadania

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) tem demonstrado um compromisso ativo com a promoção da diversidade e equidade. A Resolução CNJ nº 400/2021, aprimorada pela Resolução CNJ nº 550/2024, incorporou o tema de Diversidade e Equidade ao Plano de Logística Sustentável (PLS) visando a fomentar políticas afirmativas que respeitem a diversidade e promovam um ambiente de trabalho justo e igualitário, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 5 e 10.

Em 2021, o STJ lançou o programa “Humaniza STJ”, instituído para promover e proteger os direitos humanos em suas diversas dimensões no STJ em alinhamento ao Calendário de Direitos Humanos do CNJ, estabelecido pela Portaria CNJ n. 284/2020. O Humaniza desde então tem promovido ações de sensibilização interna e hoje é gerido por um Comitê Gestor composto por comissões dedicadas à Igualdade de Gênero, Igualdade Racial e Primeira Infância.

O STJ também desempenha um papel significativo como membro fundador e ativo da Rede Equidade, uma iniciativa coordenada pelo Senado Federal e à qual aderiu em 2022. Trata-se de um coletivo de colaboração interinstitucional destinada a promover a inclusão e diversidade na gestão pública, focando particularmente em questões de gênero e raça, composta atualmente por 32 instituições públicas.

Ainda em 2022 o STJ criou o Projeto Transformação que definia cotas em contratos de terceirização para mulheres vítimas de violência. A iniciativa inspirou a publicação da Resolução CNJ nº 497/2023, focando na alocação de vagas de contratos terceirizados para mulheres em diversas situações de vulnerabilidade abrangendo outras mulheres como quilombolas, indígenas e refugiadas.

No que tange à inclusão de pessoas com deficiência, o STJ adota uma abordagem integral na promoção de acessibilidade, tanto em ambientes físicos quanto virtuais. Estas medidas asseguram que todos, incluindo servidores, estagiários e terceirizados, encontrem espaço igualitário dentro da instituição.

Letramento

Colegiados

Terceirização

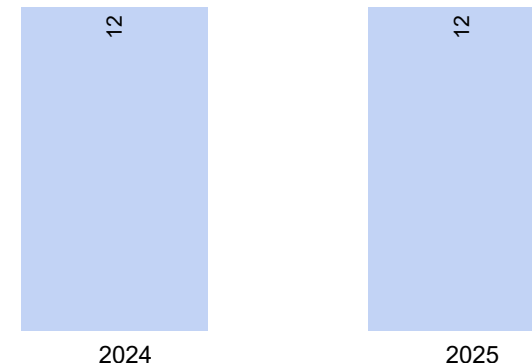
Série Histórica

Ciclo 2021 2026

Limpar Filtros



Vulnerabilidade



Demais categorias

● Trans e Travestis ● Migrantes ● Situação de Rua ● Sistema Prisional ● Indígenas e Quilombolas

